

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET**  
**CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº 03/23**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 264/23**

**RAZÃO SOCIAL:** \_\_\_\_\_

**CNPJ/MF Nº** \_\_\_\_\_ **E-MAIL:** \_\_\_\_\_

**CIDADE:** \_\_\_\_\_ **ESTADO:** \_\_\_\_\_

**TELEFONE:** \_\_\_\_\_ **FAX:** \_\_\_\_\_

**PESSOA PARA CONTATO:** \_\_\_\_\_

Recebemos, através do acesso à página [www.daeamericana.sp.gov.br](http://www.daeamericana.sp.gov.br) nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Senhor Licitante,

Visando a comunicação futura entre este Departamento de Água e Esgoto e essa empresa, solicito de V.Sa. o preenchimento do recibo de retirada do edital e sua remessa ao Setor de Licitações por E-MAIL: [licitacao@daeamericana.sp.gov.br](mailto:licitacao@daeamericana.sp.gov.br).

A não remessa do recibo exime o DAE da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Ainda, nenhuma responsabilidade caberá ao DAE pelo não recebimento dessas alterações pela empresa interessada devido a endereço eletrônico ou número de fax incorretos ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

**Superintendente Adjunto de Gestão**



**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 21/23**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/23**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 264/23**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia civil, objetivando a execução de substituição parcial da subadutora de água tratada SA-02 (ETA - CR02), no trecho localizado na Rua Carlos Gomes, Centro, pelo método não-destrutivo HDD 500 mm, incluindo DEMOLIÇÃO, ESCAVAÇÃO, REATERRO, PERFURAÇÃO DIRECIONAL POR MÉTODO NÃO DESTRUTIVO, RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS CORRELATOS., de acordo com as especificações constantes no termo de referencia.

**REGIME DE EXECUÇÃO:** Empreitada por preço unitário.

**TIPO:** Menor preço.

**Vigência:** 06 (seis) meses.

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço global.

O **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**, com sede à Rua dos Estudantes nº 333, Bairro Cordenonsi, em Americana/SP, por intermédio da **Comissão Permanente de Licitações e Julgamentos – CPLJ**, constituída pela Portaria nº 1.191, de 11 de agosto de 2022, torna público que se encontra aberta licitação na modalidade Concorrência Pública nº 03/23, do tipo menor preço GLOBAL para “Contratação de empresa de engenharia civil, objetivando a execução de substituição parcial da subadutora de água tratada SA-02 (ETA - CR02), no trecho localizado na Rua Carlos Gomes, Centro, pelo método não-destrutivo HDD 500 mm, incluindo DEMOLIÇÃO, ESCAVAÇÃO, REATERRO, PERFURAÇÃO DIRECIONAL POR MÉTODO NÃO DESTRUTIVO, RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS CORRELATOS., de acordo com as especificações constantes no termo de referencia.”, em regime de execução de empreitada por preço unitário, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, Decreto Federal nº 7.983/2013 e demais legislações regentes da matéria”. Os envelopes com a documentação para Habilitação e Proposta Comercial deverão ser entregues no Setor de Protocolo do **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE AMERICANA**, na sede, até as 10h00 do dia **25 de maio de 2023**, e o **início da abertura** dos envelopes **se dará às 10h15min do dia 25 de maio de 2023**, no Centro Educacional da Estação de Tratamento de Água à Praça Fernando Costa, s/n, Bairro Cordenonsi.

**Envio por correspondência.** Os envelopes poderão ser enviados via Correios.

A correspondência, com aviso de recebimento, deverá ser endereçada à Comissão Permanente de Licitações, para o endereço indicado no preâmbulo deste Edital. O envelope externo deverá conter o ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO e o ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA COMERCIAL, bem como as declarações complementares, e será admitido com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para a abertura da sessão pública.



O licitante deverá indicar, no envelope externo, abaixo das informações do destinatário, as seguintes informações:

URGENTE  
CONCORRÊNCIA nº 03/23  
DATA DA SESSÃO: 25/05/2023  
HORÁRIO: 10h15

## **1. OBJETO**

**1.1. Descrição.** A presente licitação tem por objeto à **Contratação de empresa de engenharia civil, objetivando a execução de substituição parcial da subadutora de água tratada SA-02 (ETA - CR02), no trecho localizado na Rua Carlos Gomes, Centro, pelo método não-destrutivo HDD 500 mm, incluindo DEMOLIÇÃO, ESCAVAÇÃO, REATERRO, PERFURAÇÃO DIRECIONAL POR MÉTODO NÃO DESTRUTIVO, RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS CORRELATOS., de acordo com as especificações constantes no termo de referencia.**

## **2. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

Fazem parte integrante e indissociável deste edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência (Projeto Básico) e Especificações Técnicas
ANEXO II	Planilhas Orçamentárias
ANEXO III	Cronograma Físico-Financeiro a parte
ANEXO IV	Modelo de Proposta Comercial
ANEXO V	Minuta do Contrato
ANEXO VI	Modelo de Credenciamento
ANEXO VII	Modelo de Declaração de Conhecimento do Edital
ANEXO VIII	Modelo de Termo de Compromisso
ANEXO VIII – 1	Modelo de comprovação de regularidade perante o Ministério do Trabalho.
ANEXO VIII-2	Declaração de compromisso de utilização de produtos e subprodutos de madeira, nos termos do Decreto Estadual nº 53.047/2008;
Anexo VIII-3	Declaração de ciência quanto à proibição do uso de amianto, asbesto e derivados no Estado de São Paulo, nos termos da Lei Estadual nº 16.775, de 22 de junho de 2018.
ANEXO IX	Modelo de declaração de enquadramento como ME / EPP.
ANEXO X	Modelo de declaração de elaboração independente de proposta e atuação conforme ao marco legal anticorrupção.
ANEXO XI	BDI - DAE
ANEXO XII	Modelo de Declaração de Composição do BDI (Apresentar somente na assinatura do contrato).

## **3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**



**Participantes.** Poderão participar do certame todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.

**3.1.** Para participar deste procedimento licitatório, deverão ser atendidas as condições abaixo relacionadas, sendo que o não atendimento de qualquer das condições, independentemente de sua magnitude, implicará a inabilitação da licitante ou a desclassificação de sua proposta.

**3.1.1. Vedações.** Não poderão participar da presente licitação pessoas físicas ou jurídicas:

**3.1.2.** Que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração (DAE), com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

**3.1.3.** Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

**3.1.4.** Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o subscritor do Edital ou algum dos membros da Comissão Julgadora da Licitação, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;

**3.1.5.** Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**3.1.6.** Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**3.1.7.** Que, isoladamente ou em consórcio, tenham sido responsáveis pela elaboração do projeto básico ou executivo; ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

**3.1.8.** Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

**3.1.9.** Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

**3.1.10.** Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

**3.1.11.** Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993;

**3.1.12.** Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, Direta e Indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012.

**3.1.13. Administração:** órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera ou atua concretamente. (Inc. XII, da Lei 8.666/93).



**3.1.14. Administração Pública:** a administração direta e indireta da União, dos estados, do Distrito federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito público ou privado e das fundações por ele instituídas ou mantidas. (Inc. XI, da Lei 8.666/93).

### **3.2. DA VISITA TÉCNICA**

**3.2.1.** Tendo em vista a importância que as obras objeto deste edital representam para a melhoria do sistema de abastecimento de parte do município, bem como para o conhecimento dos locais de execução, visto tratar-se de região central com intenso tráfego de veículos e pedestres, além das interferências nas proximidades, a licitante interessada em participar deste certame deverá realizar visita técnica, com acompanhamento de servidor designado da Unidade Técnica (UT) do DAE Americana, durante o período compreendido entre a data de publicação desta concorrência até o dia que antecede a abertura dos envelopes, mediante prévio agendamento através do telefone (19) 3471-2396 ou pelo e-mail [orcamento@daeamericana.sp.gov.br](mailto:orcamento@daeamericana.sp.gov.br).

**3.2.2.** A comprovação da VISTORIA se dará através da emissão de “**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**”, expedida pela Unidade Técnica (UT) do DAE Americana.

**3.2.2.1.** A proponente deverá no dia da visita portar 02 vias do Atestado de Visita conforme **Modelo no Anexo XIII** para assinatura do representante do DAE pelo acompanhamento da visita.

### **3.3. ESCLARECIMENTOS E DILIGÊNCIAS**

**3.3.1.** O DAE fornecerá quaisquer informações e esclarecimentos referentes ao objeto desta licitação, devendo os pedidos ser formulados até 03 (três) dias antes da data fixada para a entrega dos envelopes. Após esse prazo subentende-se que as informações constantes deste edital são suficientemente claras e precisas para possibilitar a elaboração da proposta, não cabendo à Licitante direito de reclamações posteriores.

**3.3.2.** Os esclarecimentos deverão ser solicitados, exclusivamente, por e-mail, ou entregue no Protocolo do DAE, e dirigidos ao Setor de Licitações nos endereços:

- Protocolo: Rua dos Estudantes nº 333, Bairro Cordenonsi, Americana/SP, CEP 13.472-510.
- Eletrônico: [licitacao@daeamericana.sp.gov.br](mailto:licitacao@daeamericana.sp.gov.br)

**3.3.3.** Os esclarecimentos prestados a quaisquer dos licitantes serão transmitidos aos demais, sempre por e-mail, respeitadas as informações do Recibo de Retirada à folha 1 do Edital.

**3.3.4.** Para comprovação da veracidade das informações apresentadas pela Licitante, fica reservado ao DAE a promoção de diligências necessárias, nos termos da Lei 8.666/1993, art. 43, parágrafo 3º.

**3.3.5.** Assim, a veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados pela Licitante são de sua responsabilidade, sujeitando-se às sanções previstas nas legislações civil, administrativa e penal.



### **3.4. ADITAMENTOS/MODIFICAÇÕES/REVISÕES DO EDITAL**

**3.4.1.** O DAE poderá introduzir aditamentos, modificações ou revisões no presente Edital. Tais aditamentos, modificações ou revisões, numeradas seqüencialmente, serão encaminhados por intermédio de e-mail ou disponibilizados no site do DAE a todas as empresas interessadas. Aditamentos de esclarecimentos, isto é, que não alterem a formulação da proposta, serão feitos até 05 (cinco) dias anteriores à data marcada para a entrega dos envelopes: **“PROPOSTA COMERCIAL”**.

**3.4.2.** Para outros aditamentos, modificações ou revisões, em havendo necessidade de novo prazo, esse será divulgado pela Comissão Permanente de Licitação - CPL.

### **3.5. PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**3.5.1.** O prazo de vigência do contrato decorrente do objeto desta licitação é de 06 (seis) meses contados a partir da emissão da ordem de início de serviços, podendo ser prorrogado nos termos e limites da Lei.

**3.5.2.** Salvo indicação legal em contrário, todos os prazos indicados neste Edital entendem-se como sendo contados em **dias corridos**.

**3.5.3.** Caso as datas previstas para realização de eventos da presente licitação sejam declaradas feriado ou ponto facultativo, e não havendo retificação de convocação, aqueles eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora previstos, independente de qualquer comunicação às empresas interessadas.

**3.5.4.** O Contrato decorrente deste Certame poderá ser prorrogado, naquilo que couber, nos termos do artigo 57 da Lei Federal 8.666/1993.

### **3.6. LEGISLAÇÃO E NORMAS APLICÁVEIS**

**3.6.1.** Aplica-se a presente licitação e ao contrato que dela defluirá no que couber, as disposições da Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 8.666/1993 com suas alterações, e ainda, a Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/14, demais normas complementares, bem como as Técnicas e Administrativas aplicáveis ao objeto desta licitação, em especial as da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

### **3.7. REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO**

**3.7.1.** O DAE poderá, motivadamente, até a formalização definitiva do instrumento contratual, desistir da contratação, bem assim revogar por interesse público ou anular esta licitação, no todo ou em parte, sem que disso resulte, para qualquer licitante, direito e pedido de ressarcimento ou indenização, ressalvada a restituição da Garantia de Execução do Contrato, caso já tenha sido prestada.

### **3.8. CREDENCIAMENTO**

**3.8.1.** Por ocasião da fase de credenciamento das licitantes, deverá ser apresentado o fora dos envelopes o que se segue:

**Quanto aos Representantes:**





**3.8.1.1.** Tratando-se de Representante legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direito e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

**3.8.1.2.** Caso o representante legal do licitante delegue esta função para um terceiro, este deverá apresentar a Carta de Credenciamento conforme Anexo V deste edital ou procuração pública ou particular, acompanhada de documento comprobatório dos poderes de quem a outorgou.

**3.8.1.3.** Tratando-se de Procurador, instrumento público de procuração ou instrumento particular simples acompanhado de cópia do RG, CNH ou documento que o substitua para comprovação da assinatura do representante legal que o assina (**modelo no Anexo VI**), do qual constem poderes específicos para negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar também instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no item 3.8.1.2.

**3.8.1.4.** O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto (RG, CNH).

#### **4. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS**

**4.1.** A documentação e as propostas, preferencialmente, deverão estar numeradas e organizadas com presilha e ser apresentadas separadamente, em uma só via, em dois envelopes, ambos devidamente fechados e titulados na seguinte ordem:

- Envelope 01 - Documentos de Habilitação (1 via);
- Envelope 02 - Proposta Comercial (1 via).

**4.2.** Os envelopes mencionados deverão conter na sua parte externa, além da denominação social da proponente, os seguintes dizeres:

Departamento de Água e Esgoto  
At. Comissão Permanente de Licitação -  
CPLJ  
Ref.: Concorrência nº 03/23  
Processo nº 264/23  
**Envelope nº 1 - Habilitação**  
(Razão Social da Licitante)

Departamento de Água e Esgoto  
At. Comissão Permanente de Licitação -  
CPLJ  
Ref.: Concorrência nº 03/23  
Processo nº 264/23  
**Envelope nº 2 - Proposta**  
(Razão Social da Licitante)

**4.3.** As propostas deverão seguir as instruções contidas neste Edital.

**4.4.** Os documentos constantes do Envelope nº 01, com seus prazos de validade em vigor, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de Notas ou publicação em órgão da imprensa oficial ou mesmo cópia simples, desde que seja apresentado o original para que sejam autenticadas por servidor da Administração, podendo ser efetuado na sessão do certame, bem como anteriormente.



**4.5.** Não serão aceitos protocolos de entrega de certidões ou de outros documentos exigidos neste Edital.

**4.6.** A falta de documentos solicitados neste Edital, bem como a apresentação de documentação com ressalvas, rasuras ou entrelinhas, acarretará a inabilitação da licitante ou a desclassificação da proposta.

## **5. DOCUMENTAÇÃO - DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 01:**

### **5.1. Pré-Habilitação:**

**5.1.1.** Como condição prévia participação a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**5.1.1.1.** Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa – CNJ;

**5.1.1.2.** Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União;

**5.1.1.3.** Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados do Tribunal de Contas da União – TCU;

**5.1.1.4.** Cadastro de Apenados no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP;

**5.1.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**5.1.2.** Constatada a existência de sanção, o(a) Presidente da Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**5.1.3.** As licitantes deverão apresentar, na forma estabelecida no item “4”, os documentos a seguir relacionados:

### **5.2. Prova de Habilitação Jurídica, apresentando os seguintes documentos:**

**a)** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;

**b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;

**c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

**d)** Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**e)** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**5.2.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, parte integrante deste Edital, para usufruir os benefícios do referido diploma legal, deverão apresentar Declaração (**Modelo no Anexo**





**IX)**, nos termos do artigo 299 do Código Penal, de que se enquadram na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, e que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao desenquadramento dessa situação.

**5.2.2.** A não apresentação da Declaração **(Anexo IX)** acima mencionada não afastará a microempresa ou empresa de pequeno porte de participar da Licitação, contudo as mesmas não poderão gozar dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

### **5.3. Comprovação da Qualificação Técnica**

**5.3.1. Certidão de Registro** ou Inscrição **da Licitante e do(s) respectivo(s) responsáveis técnicos** na entidade competente **(CREA)**, com validade na data de apresentação da proposta.

#### **5.3.2. Capacidade Técnica Operacional**

**5.3.2.1. Certidão de Registro** ou Inscrição **da Licitante e do(s) respectivo(s) responsáveis técnicos** na entidade competente **(CREA)**, com validade na data de apresentação da proposta.

**5.3.2.2.** Atestado(s) de capacidade técnica(s), emitido(s) em nome da empresa licitante fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, contemplando as parcelas mais relevantes (50%):

**a-) Execução de rede através de método não destrutivo, com perfuração direcional, tipo HDD, inclusive instalação da tubulação - 140,00 m**

**5.3.2.3.** O(s) profissional(is) deverá(ão) fazer parte do quadro permanente da empresa licitante até a data da apresentação dos documento(s) de habilitação e proposta(s), na condição de empregado(s), contratado (autônomo), diretor(es) ou sócio(s) obrigatoriamente comprovado através de documentação pertinente à condição.

**5.3.2.4.** Indicação e qualificação do pessoal técnico responsável pela execução dos serviços do objeto do certame.

**5.3.2.5.** Declaração de conhecimento do edital, seus anexos e normas técnicas **(Anexo VII)**.

#### **5.3.3. Capacidade Técnica Profissional**

**5.3.3.1.** Atestado(s) de capacidade técnica(s), emitido(s) em nome do(s) profissional(is) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando execução de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), contemplando as parcelas mais relevantes:

**a-) Execução de rede através de método não destrutivo, com perfuração direcional, tipo HDD, inclusive instalação da tubulação.**



**5.3.3.2.** O(s) profissional(is) deverá(ão) fazer parte do quadro permanente da empresa licitante até a data da apresentação dos documento(s) de habilitação e proposta(s), na condição de empregado(s), contratado (autônomo), diretor(es) ou sócio(s) obrigatoriamente comprovado através de documentação pertinente à condição.

**5.3.3.2.1.** A comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, admitindo-se a contratação de profissional autônomo, que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, nos moldes da súmula 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**5.3.3.3.** A licitante deverá apresentar o quadro de resumo dos serviços e dos correspondentes atestados de comprovação assinalando nos respectivos atestados as quantidades descritas no quadro resumo.

**5.3.3.4.** Nos atestados apresentados, os itens atendidos deverão estar grifados com marca texto.

**5.4. Prova de Qualificação Econômico-Financeira, através dos seguintes documentos:**

**5.4.1.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, incluindo cópias das folhas de Abertura e Encerramento do balanço, devidamente carimbadas pela Junta Comercial do Estado ou Cartório competente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**5.4.2.** Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pela distribuidora sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 60 (sessenta) dias contados da data prevista para a entrega dos envelopes.

**5.4.2.1.** Nas hipóteses em que a certidão de recuperação judicial/extrajudicial encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

**5.4.3.** Prova de ter o licitante valor do patrimônio líquido, registrado e na forma da Lei, igual ou superior correspondente a 10% do valor estimado da contratação.

**5.4.3.1.** Comprovação de boa situação financeira da empresa, através da apresentação em folhas separadas, das demonstrações abaixo indicadas e calculadas a partir do último balanço patrimonial apresentado, assinada pelo representante legal da empresa:

**a. Índice de Liquidez Geral, sendo:**

$$I.L. G = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \geq 1,0 \text{ (maior ou igual a um virgula zero)}$$

**b. Índice de Liquidez Corrente, sendo:**

$$I.L. C = \frac{AC}{PC} \geq 1,0 \text{ (maior ou igual a um vírgula zero)}$$



**c. Grau de endividamento, sendo:**

$$G.E = \frac{PC + ELP}{AT} \leq 0,5 \text{ (menor ou igual a cinco décimos)}$$

AT

Onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

**5.4.4.** Não será habilitado o licitante que apresentar valores fora dos limites fixados acima.

**5.4.5.** As empresas sujeitas à Tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real obrigadas a apresentar a Escrituração Contábil Digital – SPED DIGITAL deverão apresentar: Termo de Abertura e de Encerramento do Livro Digital, recibo da entrega do Livro Digital, Balanço Patrimonial, Demonstrações dos Resultados do Exercício extraídos do Livro Digital.

**5.5. Prova de Regularidade Fiscal e Trabalhista**, apresentando os seguintes documentos:

**5.5.1.** Prova de inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**).

**5.5.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**5.5.3.** Certidão Negativa da Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante.

**5.5.3.1.** A prova de regularidade para com a **FAZENDA FEDERAL** dar-se-á pela apresentação conjunta da Certidão de Tributos e Contribuições Federais, administrados pela Secretaria da Receita Federal e da Certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; abrangendo também as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' e 'b' do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

**5.5.4.** Prova de regularidade da empresa licitante com a **FAZENDA ESTADUAL**, em plena validade.

**5.5.5.** Prova de regularidade com a **FAZENDA MUNICIPAL** – Tributos Mobiliários, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.

**5.5.5.** Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).

**5.5.6.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**5.5.7.** Termo de Compromisso (**Anexo VIII**).

**5.6. Declarações e outras comprovações**

**5.6.1.** Declaração subscrita por representante legal do licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo VIII.1**, atestando que:



- a) se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;
- b) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual.

**5.6.2.** Declaração, subscrita por representante legal do licitante, comprometendo-se a empregar, na execução do objeto desta licitação, somente produtos e subprodutos de origem exótica e, no caso da utilização de produtos e subprodutos florestais de origem nativa (artigo 1º do Decreto Estadual nº 53.047/2008), a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica devidamente cadastrada no CADMADEIRA, de acordo com o modelo do **Anexo VIII.2** deste Edital.

**5.6.3.** Declaração, subscrita por representante legal do licitante, comprometendo-se a cumprir o disposto na Lei Estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição (Lei Estadual nº 16.775/2018), de acordo com o modelo do **Anexo VIII.3** deste Edital.

**5.7.** Os referidos documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticadas por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais, ou os documentos poderão ser autenticados na sessão de Licitação, por membros da Comissão, com a apresentação do original.

**5.8.** No caso de apresentação de documentos originais, serão os mesmos anexados ao processo licitatório.

**5.9.** Não serão aceitas cópias extraídas de fac-símile como documento.

**5.10.** Os documentos exigidos não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos.

**5.11.** Os documentos citados neste Edital que não tenham prazo de validade especificado no próprio corpo ou em lei devem ter sido expedidos em data não superior a 90 (noventa) dias da data prevista para entrega das propostas, exceto o documento previsto no item 5.4.2.

**5.12.** Também serão aceitas Certidões Positivas com efeitos de Negativa.

## **6. PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE Nº 02**

**6.1. Conteúdo.** O ENVELOPE Nº2 – PROPOSTA deverá conter os seguintes documentos, todos assinados pelo representante legal do licitante ou por seu procurador, juntando-se cópia do respectivo instrumento de procuração:

**6.1.1.** Proposta de preço, conforme o modelo do **Anexo IV**, redigida em língua portuguesa (salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente), com páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, contendo os seguintes elementos:

**6.1.1.1** Nome, endereço e CNPJ do licitante;

**6.1.1.2** Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação;

**6.1.1.3.** Preço total para a execução do objeto, em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.



**6.1.2.** Planilha de preços unitários e totais, conforme o modelo do **Anexo II**, preenchida em todos os itens, com seus respectivos preços unitários e global, grafados em moeda corrente nacional com no máximo duas casas decimais;

**6.1.2.1.** Os preços propostos deverão ter como base os meses de SINAPI-SP-JANEIRO/2023, PINI JANEIRO/23, SABESP JANEIRO/2022 e CDHU Boletim 188.

**6.1.3.** Declaração, em conformidade com o modelo do **Anexo X**, afirmando que a proposta foi elaborada de maneira independente e que o licitante conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.

**6.2.** A fim de agilizar a conferência pela Comissão Permanente de Licitações dos valores apresentados pelo proponente, os documentos referidos nos itens 6.1.1 e 6.1.2. deverão também ser apresentados em formato eletrônico (".xlsx" ou compatível), copiados em mídia gravável ou regravável (CD-R, CD-RW ou *pendrive*).

**6.3. Preços.** Os preços incluem todos os Custos Diretos (CD) e Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) que se refiram ao objeto licitado, tais como: materiais e mão-de-obra; serviços de terceiros aplicados à própria obra ou em atividade de apoio (p.e. vigilância e transporte); margem de lucro da proponente, locações de máquinas, equipamentos ou de imóveis e instalações auxiliares à obra; tarifas de água, energia elétrica e telecomunicações; seguros, legal ou contratualmente exigidos; encargos sociais e trabalhistas; tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre a atividade econômica ou a obra em si; multas aplicadas pela inobservância de normas e regulamentos; alojamentos e alimentação; vestuário e ferramentas; equipamentos de proteção individual e de segurança; depreciações e amortizações; despesas administrativas e de escritório; acompanhamento topográfico da obra; testes laboratoriais ou outros exigíveis por norma técnica, entre outros.

**6.4. Validade da proposta.** Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no **Anexo IV**, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir do último dia previsto para o recebimento dos envelopes.

**6.4.1.** Antes de expirar a validade original da proposta, a Comissão Permanente de Licitações poderá solicitar à proponente que declare a sua intenção de prorrogar o prazo previsto no item anterior. As respostas se farão por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

**6.4.2.** Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.

**6.5.** As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e nos seus anexos.

**6.6.** O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão-de-obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

**6.7. Simples Nacional.** As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário



diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de desclassificação pela Comissão Permanente de Licitações.

**6.7.1.** Caso venha a ser CONTRATADA, a microempresa ou empresa de pequeno porte na situação descrita no item 6.7 deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que celebrado o contrato, nos termos do artigo 30, *caput*, inciso II, e §1º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apresentando à Unidade DAE a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

**6.7.2.** Se a CONTRATADA não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o item **6.7.1**, caberá ao DAE comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que a empresa seja excluída de ofício do Simples Nacional, nos termos do artigo 29, inciso I, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**6.8.** O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão-de-obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

## **7. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO**

**7.1.** A presente licitação será processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/1993.

**7.2.** Os envelopes contendo os documentos de Habilitação e de Proposta Comercial deverão ser entregues no dia, hora e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

**7.3.** Os envelopes contendo os documentos de Habilitação e de Proposta Comercial serão recebidos e abertos em sessão pública pela Comissão Permanente de Licitações do DAE e serão rubricados logo após a abertura.

**7.4.** Após entrega dos envelopes não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos, supressões ou esclarecimentos sob o conteúdo deles, não cabendo qualquer direito de reclamação.

**7.5.** É facultado à Comissão Permanente de Licitações do DAE ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente dos envelopes, nos termos do artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 8.666/1993.

**7.6.** Os representantes das empresas serão convidados a rubricar os documentos recebidos, assim como assinar as atas das sessões.

## **8. DA HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS**

**8.1.** No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, terão início os trabalhos da sessão de abertura dos envelopes de Habilitação.

**8.1.1. Forma de apresentação.** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada ou em cópia





simples que, à vista do original, será autenticada por membro da Comissão Permanente de Licitações na própria sessão pública.

**8.2.** Não serão habilitadas as empresas que deixarem de apresentar quaisquer documentos especificados **no item 5** ou o fizerem de maneira incompleta ou incorreta.

**8.3.** Após a análise dos documentos de Habilitação, a Comissão Permanente de Licitações do DAE divulgará, no Diário Oficial do Município de Americana a relação das empresas habilitadas e no site do DAE.

**8.4.** Se a divulgação da relação das empresas habilitadas se fizer em sessão pública, será consignada em ata a eventual intenção das empresas inabilitadas em interpor recurso administrativo. Havendo desistência expressas das empresas inabilitadas em interpor recurso administrativo, e desde que todos os representantes estejam presentes, poderá a Comissão Permanente de Licitações suprimir o prazo recursal.

**8.5.** Decorrido o prazo de interposição dos recursos administrativos da fase de HABILITAÇÃO, nos termos do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, a abertura dos envelopes de Proposta Comercial – Envelope nº 02 poderá ser no dia posterior ao término do prazo para apresentação de recursos.

**8.6. Matriz e filiais.** Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial do licitante, os documentos exigidos no item 5.5. deverão ser apresentados tanto pela matriz quanto pelo estabelecimento que executará o objeto do contrato.

**8.7. Isenções e imunidades.** O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da Lei.

## **9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL**

**9.1.** No dia posterior ao término do prazo de interposição de recursos da fase de HABILITAÇÃO, poderá ser feita a abertura dos envelopes de Proposta Comercial, a Comissão Permanente de Licitações dará início aos trabalhos.

**9.2.** Os envelopes contendo os documentos de Proposta Comercial das empresas Inabilitadas estarão disponíveis para retirada no Setor de Licitações no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a adjudicação e homologação deste processo licitatório. Expirado o prazo, os envelopes não retirados serão destruídos sem prévia comunicação.

**9.3.** O critério de julgamento das Propostas Comerciais é o **Menor Preço Global**.

**9.4.** Considerar-se-á vencedora a empresa que apresentar Proposta Comercial de menor preço global.

**9.5. Desclassificação.** Será desclassificada a proposta que:

**9.5.1.** estiver em desacordo com qualquer das exigências estabelecidas neste Edital;

**9.5.2.** conter vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

**9.5.3.** não apresentar as especificações técnicas previstas no Projeto Básico e demais documentos que integram o **Anexo I** do Edital;

**9.5.4.** apresentar valor global superior àquele orçado pelo DAE na planilha orçamentária detalhada, que integra este Edital como **Anexo II**;

**9.5.5.** apresentar preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;



**9.5.6.** apresentar preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não tenham sua viabilidade demonstrada por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto;

**9.5.6.1.** Considera-se manifestamente inexeqüível a proposta cujo valor global seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

**a)** média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo DAE; ou

**b)** valor orçado pelo DAE.

**9.5.6.2.** Nas hipóteses dos itens 9.5.5 e 9.5.6 será facultado ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Comissão Permanente de Licitações, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

**9.5.7.** não estiver acompanhada da declaração de elaboração independente de proposta, exigida pelo item 6.1.3. do Edital;

**9.5.8.** formulada por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do presente certame licitatório.

**9.6. Diligências complementares.** A Comissão Permanente de Licitações poderá a qualquer momento solicitar aos licitantes a composição dos preços unitários dos serviços, materiais ou equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários para analisar a aceitabilidade da proposta.

**9.7. Julgamento.** Não serão consideradas, para fins de julgamento da proposta, ofertas de vantagem não prevista neste instrumento convocatório, baseadas nas propostas dos demais licitantes ou que apresentem prazos ou condições diferentes dos fixados neste Edital.

**9.8. Classificação.** O julgamento das propostas será efetuado pela Comissão Permanente de Licitações, que elaborará a lista de classificação observando a ordem crescente dos preços apresentados.

**9.9. Empate ficto.** Será assegurado direito de preferência aos licitantes que sejam microempresas, empresas de pequeno porte que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007 cujas propostas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada na lista de que trata o item 9.8.

**9.9.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do item 9.8. que tiver apresentado o menor preço será convocada pela Comissão Permanente de Licitações para apresentar nova oferta com valor total inferior à proposta mais bem classificada.

**9.9.2.** Caso haja empate entre as microempresas ou empresas de pequeno porte nas condições do item 9.8, a Comissão Permanente de Licitações realizará sorteio para identificar aquela que primeiro poderá apresentar a nova oferta, nos termos do item 9.8.

**9.9.3.** Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista de apresentar a nova oferta ou não se manifeste no prazo estabelecido pela Comissão Permanente de Licitações, serão convocados os demais licitantes que atendam às condições do item 9.8, na respectiva ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

**9.9.4.** O exercício do direito de preferência de que trata este item 9.9 ocorrerá na mesma sessão pública ou, a critério da Comissão Permanente de Licitações, em nova



sessão a ser realizada em dia e horário comunicados aos licitantes pelo Diário Oficial. O não comparecimento implicará na preclusão do direito de preferência que poderia ser exercido pelo licitante ausente.

**9.9.5.** Não haverá direito de preferência quando a melhor oferta inicial, segundo a lista de classificação do item 9.8, houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

**9.10.** Sempre que uma proposta não for aceita, e antes de a Comissão Permanente de Licitações passar ao julgamento da proposta subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto, nos termos do item 9.9 do Edital, se for o caso.

**9.10.1.** Exercido o direito de preferência, será elaborada uma nova lista de classificação com base na ordem crescente dos preços apresentados.

**9.10.2.** Não sendo aplicável o direito de preferência, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a lista de classificação inicial do item 9.8.

**9.11. Critérios de desempate.** Havendo empate entre duas ou mais propostas, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

**9.11.1.** produzidos no País;

**9.11.2.** produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

**9.11.3.** produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**9.11.4.** produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**9.12.** Esgotados os critérios de desempate previstos em lei, a escolha do vencedor da etapa de julgamento das propostas ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado na mesma sessão pública ou, a critério da Comissão Permanente de Licitações, em nova sessão a ser realizada em dia e horário comunicados aos licitantes pelo Diário Oficial.

**9.13. Regularidade fiscal e trabalhista de ME/EPP.** Não será exigida a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para a habilitação de microempresas ou empresas de pequeno porte que preencham as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007. Entretanto, será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 5.5. deste Edital no ENVELOPE Nº 1 – HABILITAÇÃO, ainda que apresentem alguma restrição.

**9.13.1.** Será assegurado o prazo de cinco dias úteis contados a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame para regularização da regularidade fiscal e trabalhista. Este prazo, a critério da Comissão Julgadora da Licitação, poderá ser prorrogado por igual período.

**9.13.2.** A não regularização da regularidade fiscal e trabalhista no prazo indicado no item 5.5. deste Edital implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, sendo facultado à Comissão Julgadora da Licitação convocar os licitantes remanescentes para a assinatura do contrato, na ordem de classificação, ou revogar a licitação

**9.14. Licitação fracassada.** Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, a Comissão Permanente de Licitações poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis



para a apresentação de novas propostas, marcando-se nova data para a sessão pública mediante publicação na Diário Oficial.

**9.15. Devolução dos envelopes.** Os ENVELOPES N° 1 – HABILITAÇÃO dos licitantes Inabilitados serão devolvidos fechados depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou, caso interposto, no caso de desistência ou após a prolação de decisão desfavorável ao recurso.

**9.16. Desistência de proposta.** Não se admitirá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitações.

**9.17.** Havendo a participação de micro empresas e empresas de pequeno porte, será adotada a aplicação da Lei Complementar n° 123/2006 e suas alterações para a classificação das propostas comerciais.

**9.18.** O resultado do julgamento será publicado no Diário Oficial do Município de Americana.

## **10. DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO**

**10.1.** A autoridade superior promoverá a homologação do procedimento administrativo, nos termos do artigo 43, inciso VI da Lei Federal n° 8.666/1993.

**10.2.** Homologado o procedimento, o objeto da presente licitação será adjudicado à empresa vencedora, que será convocada a comparecer ao DAE para a assinatura do respectivo contrato.

**10.2.1.** A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato sujeitar-se-á sanções previstas no item 16 deste Edital.

**10.3.** Faculta-se ao DAE, se a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o contrato nas condições estabelecidas, convocar as empresas classificadas, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições.

## **11.DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**11.1.** Dos atos da Comissão Permanente de Licitações, cabem os recursos previstos no artigo 109 da Lei Federal n° 8.666/1993.

**11.2.** Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão Permanente de Licitações e poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo do DAE das 9h00 as 16h00 ou através do e-mail [licitacao@daeamericana.sp.gov.br](mailto:licitacao@daeamericana.sp.gov.br) mediante a confirmação por parte do requerente do recebimento do e-mail, não se responsabilizando o DAE por possíveis erros no envio.

**11.3.** O julgamento dos recursos será divulgado no site do DAE e publicado no Diário Oficial do Município de Americana.

## **12. DO CONTRATO**

**12.1.** O contrato será enviado via e-mail para assinatura, dentro do prazo de 5 (cinco) dias corridos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal n° 8.666/1993.

**12.2.** Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem convocação para a assinatura do contrato, ficarão as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.



**12.3. Garantia.** Após a adjudicação do objeto do certame e até a data da contratação, a licitante vencedora deverá prestar garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

**12.3.1.** A não prestação da garantia de execução equivale à recusa injustificada para a assinatura do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando a licitante vencedora às sanções previstas neste Edital e demais normas pertinentes.

**12.4. Modalidades.** A licitante vencedora poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

**12.4.1. Dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor da Unidade Compradora no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

**12.4.2. Títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**12.4.3. Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**12.4.4. Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 12.5. do Edital. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, a licitante vencedora poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados no item 12.5 do Edital.

**12.5. Cobertura.** A garantia de execução assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**12.5.1.** prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

**12.5.2.** prejuízos diretos causados ao DAE decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do objeto do contrato;

**12.5.3.** multas, moratórias e compensatórias, aplicadas pelo DAE à CONTRATADA; e

**12.5.4.** obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao contrato não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

**12.6.** Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

**12.6.1.** Caso fortuito ou força maior;

**12.6.2.** Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao DAE.

**12.7. Validade da garantia.** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de três meses após o término da vigência contratual. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado pela Unidade Compradora após expirada a vigência do contrato ou a validade da garantia;





**12.8. Readequação.** No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação dos prazos de execução, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pelo responsável para fazê-lo.

**12.9. Extinção.** Decorrido o prazo de validade da garantia, e desde que constatado o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, esta será considerada extinta com a devolução da apólice, da carta-fiança ou com a autorização concedida pelo DAE para que a CONTRATADA realize o levantamento do depósito em dinheiro.

**12.10.** A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada após a execução do contrato e do recebimento definitivo dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias.

**12.11.** A gestão do contrato será exercida pela Comissão de Gestão e Avaliação Técnica e a fiscalização será de responsabilidade do Departamento de Projetos, ambos do DAE.

**12.12.** Para fins da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar a composição do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), conforme modelo no **Anexo XII**.

**12.13.** No ato da assinatura do contrato, a Licitante Vencedora, caso se enquadre, deverá apresentar **DECLARAÇÃO** subscrita por representante legal do licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:

**12.13.1. PARA O CASO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL:** está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a Licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial;

**12.13.2. PARA O CASO DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL:** está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

**12.14. Manutenção das condições de habilitação.** Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista na etapa de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o DAE verificará a situação por meio eletrônico e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada. Se não for possível a atualização por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista no prazo de dois dias úteis, sob pena de a contratação não se realizar.

**12.15. CADIN ESTADUAL.** Constitui condição para a celebração do contrato, bem como para a realização dos pagamentos dele decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL". Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799/2008.

**12.16. Condições de celebração.** Constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:





**12.16.1.** a indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o DAE.

**12.16.2.** a apresentação do documento de que trata o item 5.3.1. deste Edital com o visto do CREA/SP, quando a sede da adjudicatária estiver situada em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade.

**12.16.3.** a apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida no item 5.6 deste Edital.

**12.16.4.** A regularização da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, empresa de pequeno porte nas condições do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 que tenha sido habilitada com restrições, nos termos do item 5.5 deste Edital.

**12.17. Celebração frustrada.** A ausência de assinatura do contrato dentro do prazo estabelecido pela Unidade DAE, bem como o descumprimento das condições de celebração previstas nos itens 12.14 a 12.16, caracterizam o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às sanções previstas neste Edital e demais normas pertinentes. Neste caso, a Unidade DAE poderá convocar outro licitante para celebrar o contrato, desde que respeitada a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora.

### **13. DAS MEDIÇÕES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**13.1.** Os pagamentos serão efetuados por medição.

**13.1.1.** Os pagamentos serão realizados após a entrega e aprovação dos relatórios que confirmem a conclusão das atividades conforme cronograma físico-financeiro.

**13.2.** A medição só será liberada para pagamento se atender plenamente os requisitos expostos nos itens anteriores deste capítulo e após a liberação/aprovação das planilhas de medição pelo gestor do contrato.

**13.3.** A emissão da respectiva Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA ficará condicionada à liberação da Diretoria da Unidade Administrativa e Financeira, através de e-mail. A Nota Fiscal/Fatura deverá apresentar o nº do processo, nº do contrato e nº da medição com o mês de referência dos serviços.

**13.4.** Em razão do disposto no artigo 5º da Lei 8.666/1993 (ordem cronológica), os pagamentos serão efetuados exclusivamente pela Diretoria da Unidade Administrativa e Financeira do DAE, sendo efetivados dentro de 30 (trinta) dias após a entrega das respectivas notas fiscais/faturas.

**13.5.** Os pagamentos estarão condicionados, também, à apresentação de certidões negativas de débito perante o INSS e o FGTS.



**13.6.** Durante o período de aferição, caso venha a ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência deste prazo ficará interrompida, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que forem cumpridas as providências.

**13.7.** A solicitação de pagamento das medições deverá vir acompanhada de documentação contratual atualizada, relatórios específicos dos serviços e demais documentos definidos pelo DAE.

**13.8.** As faturas/notas fiscais deverão ser enviadas, juntamente com comprovação pela CONTRATADA do recolhimento das importâncias devidas ao FGTS, relativas às faturas anteriores.

**13.9.** Serão efetuadas as retenções referentes ao INSS na forma da legislação federal e ao ISS na forma da legislação municipal.

**13.10.** Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de responsabilidade pelos serviços executados ou implicará a aceitação dos mesmos, cuja aprovação dependerá das condições estabelecidas na cláusula décima primeira deste contrato.

**13.11.** As condições pactuadas poderão ser alteradas por ulterior edição de normas Federais ou Municipais.

**13.12.** No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo DAE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

**13.13.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

#### **14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**14.1.** O DAE designará preposto(s) para acompanhar, fiscalizar, liberar a execução e aceitação dos serviços, fato que não eximirá a empresa CONTRATADA de sua responsabilidade civil e técnica.

**14.2.** A gestão e a fiscalização do contrato serão da "Unidade Técnica" do DAE.

**14.3.** A FISCALIZAÇÃO/GESTÃO poderá suspender a execução de qualquer serviço que esteja em desacordo com o contrato, especificações, normas ou regulamentações. O serviço recusado deverá ser refeito ou corrigido às expensas da Contratada.

**14.4.** A FISCALIZAÇÃO/GESTÃO poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, documentos que comprovem o pleno e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, sob a pena de não liberar os trabalhos até a efetiva comprovação, cabendo aplicação de multas contratuais por parte do DAE.



**14.5. São responsabilidades da CONTRATADA:**

- 14.5.1.** Observar a boa prática profissional, as normas técnicas e empregar materiais constantes das especificações das planilhas e ordens de serviço, respeitando com fidelidade as formas e dimensões, bem leis e regulamentos federais, estaduais e municipais relativos aos serviços, cumprindo imediatamente as intenções e exigências das respectivas autoridades;
- 14.5.2.** Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e sociais decorrentes da contratação;
- 14.5.3.** Manter somente trabalhadores com situação profissional regular e diretamente vinculado aos serviços;
- 14.5.4.** Fazer obrigatoriamente seguros contra acidentes de trabalho de seus empregados;
- 14.5.5.** Cumprir rigorosamente todas as disposições legais referentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo por sua conta, todos os materiais necessários à segurança do pessoal envolvido na prestação dos serviços;
- 14.5.6.** Fornecer, manter e repor, por sua conta, todas as ferramentas e equipamentos necessários aos serviços, normalmente utilizados;
- 14.5.7.** Responder pela operação, manutenção e reparos dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços;
- 14.5.8.** Facultar ao Departamento de Água e Esgoto a verificação dos materiais empregados, equipamentos e serviços em execução;
- 14.5.9.** Quando solicitado pela fiscalização do Departamento de Água e Esgoto, substituir no prazo de 24 (vinte e quatro) horas qualquer recurso humano e/ou material julgado por ela inadequado;
- 14.5.10.** Executar medidas indispensáveis à segurança dos serviços, além de reparos de danos causados a terceiros, arcando com seus custos, sempre que ocasionados por negligência ou imperícia de seus empregados e prepostos;
- 14.5.11.** Assumir integral responsabilidade pelos serviços, inclusive responsabilidade técnica pela execução perante o CREA, dotando os serviços de orientação técnica e arcando com todas as despesas de engenheiro e equipe administrativa locada direta ou indiretamente nos serviços, isentando o DAE de quaisquer responsabilidades;
- 14.5.12.** Não substituir as suas equipes técnicas sem prévia verificação de documentos, informações e aceitação pelo Departamento de Água e Esgoto;
- 14.5.13.** Qualquer falha na execução, e caso os serviços estejam em desacordo com as normas e especificações técnicas, a CONTRATADA será notificada para que regularize as mesmas, sob pena de ser declarada inidônea para futuras licitações, sem prejuízo de outras penalidades;

**14.6. São responsabilidades do DAE:**

- 14.6.2.** Efetuar os pagamentos nas datas aprazadas;
- 14.6.3.** Acompanhar e fiscalizar os serviços prestados, por meio de funcionário especialmente designado para esse fim;
- 14.6.4.** Prestar à CONTRATADA todas as informações julgadas necessárias quando solicitadas por escrito pelo Gestor do contrato;
- 14.6.5.** Manter entendimentos com a CONTRATADA sempre por escrito ou mediante anotação em livro de ocorrência, com ressalvas dos casos determinados pela



urgência das medidas, que devem ser confirmados por escrito, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contado a partir do referido entendimento;

**14.6.6.** Comunicar formalmente à CONTRATADA, em caso de devolução de documentos de cobrança, as razões da devolução;

**14.6.7.** Manifestar-se, por escrito, sobre os relatórios e demais elementos fornecidos pela CONTRATADA, bem como, solicitar, da mesma forma, as providências necessárias à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos serviços;

**14.6.8.** Proceder ao recebimento, provisório e definitivo dos serviços, a partir do qual qualquer serviço prestado não terá amparo contratual, não ficando o DAE obrigado ou sujeito aos pagamentos que porventura venham a serem posteriormente pleiteados pela CONTRATADA.

## **15. DO REAJUSTE CONTRATUAL**

**15.1** Após o período de 12 (doze) meses, caso prorrogado o contrato, o preço será reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando a partir da data prevista para apresentação da proposta comercial.

## **16. DAS SANÇÕES**

**16.1.** A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do contrato:

- a)** advertência;
- b)** multa(s);
- c)** impedimento de licitar e contratar com a Administração nos casos previstos em lei.

**16.1.1.** No tocante às multas, serão aplicadas na seguinte conformidade:

- a)** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multas de mora, por dia de atraso, calculadas sobre o valor da obrigação, de 0,2% (dois décimos por cento), para o período de até 30 (trinta) dias; e de 0,4% (quatro décimos por cento) para o período contado a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia;
- b)** A inexecução total ou parcial do ajuste implicará nas sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, e multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida ou, alternativamente, aplicação de multa correspondente à diferença de preço porventura resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

**16.2.** As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo o DAE cobrá-las judicialmente com os encargos correspondentes.

**16.3.** Além das multas estabelecidas, o DAE poderá recusar o objeto fornecido se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério do mesmo, a ocorrência constituir



motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

**16.4.** As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do DAE.

**16.5.** As sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

**16.6.** Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

**16.7. Autonomia.** As sanções são autônomas e não impedem que o DAE rescinda unilateralmente o contrato e, garantidos o contraditório e ampla defesa, aplique as demais sanções eventualmente cabíveis.

**16.8. Descontos.** O DAE poderá descontar dos pagamentos os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas à CONTRATADA pelo descumprimento de obrigações estabelecidas neste Edital, seus anexos ou no termo de contrato.

**16.9. Conformidade com o marco legal anticorrupção.** A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da Administração Pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas cabíveis.

**16.10. Uso irregular de madeira exótica ou nativa da flora brasileira.** O descumprimento das obrigações previstas nos incisos I, II e III, do artigo 9º, do Decreto Estadual nº 53.047/2008 sujeitará a CONTRATADA à aplicação da sanção administrativa de proibição de contratar com a Administração Pública por até três anos, estabelecida no artigo 72, §8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal e sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas cabíveis.

## **17. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**17.1. Prazo.** Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, devendo protocolar a petição no endereço indicado no preâmbulo em até cinco dias úteis antes da data fixada para a sessão pública de entrega dos envelopes e das declarações complementares. As impugnações não suspendem os prazos previstos no Edital.

**17.2. Decisão.** As impugnações serão decididas pela Comissão Permanente de Licitações em até três dias úteis, contados do protocolo.

**17.2.1.** Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

**17.2.2.** As respostas serão juntadas ao processo administrativo e ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

**17.3. Aceitação tácita.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Projeto Básico e na minuta de termo de contrato.

## **18. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS**



**18.1.** As despesas com a execução dos serviços objeto da presente licitação correrão, à conta da verba 44905199 (ficha 11) – classificação programática 031701.1751201221.036, consignada no orçamento vigente do **DAE**.

## **19. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES**

**19.1.** Esclarecimentos de dúvidas sobre documentos da licitação só serão atendidos mediante solicitação por escrito, encaminhada à Comissão Permanente de Licitações e Julgamentos – CPLJ e devidamente protocolada ou através do e-mail: [licitacao@daeamericana.sp.gov.br](mailto:licitacao@daeamericana.sp.gov.br).

**19.2.** As respostas dos esclarecimentos ou questionamentos, bem como quaisquer ocorrências relativas a este edital serão encaminhadas via e-mail para as empresas que retiraram o recibo do edital, conforme folha nº 01.

**19.3.** Não serão levadas em consideração pela Comissão Permanente de Licitações e Julgamentos – CPLJ, tanto nas fases de habilitação e classificação, como na fase posterior à adjudicação do fornecimento, quaisquer consultas, pleitos ou reclamações que não tenham sido formulados por escrito. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre as partes.

**19.4.** As dúvidas a serem esclarecidas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal, através dos números: (19) 3471-2904 / 2948– Setor de Licitação.

## **20. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1.** O valor estimado da contratação decorrente do objeto desta licitação é de **R\$ 1.067.064,73 (um milhão cento e sessenta e sete mil sessenta e quatro reais e setenta e três centavos)**.

**20.2.** A Comissão reserva-se o direito de promover qualquer diligência que entenda conveniente, nos termos do Parágrafo 3º, artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/1993 com suas alterações.

**20.3.** A empresa que vier a ser CONTRATADA, não poderá sub empreitar no seu todo os serviços objetivados nesta licitação, sob pena de imediata rescisão do respectivo instrumento contratual, além da aplicação das penalidades previstas no subitem “16” deste Edital.

**20.4.** As licitantes devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital e seus anexos, bem como de todas as condições gerais e peculiares do local onde serão executados os serviços objetivados, não podendo invocar, posteriormente, nenhum impedimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo ao perfeito cumprimento do instrumento contratual que vier a ser celebrado entre as partes.

**20.5.** A participação nesta licitação implica aceitação integral e irretratável dos termos deste Edital e seus Anexos e instruções, bem como observância dos regulamentos administrativos e normas legais, gerais ou especiais aplicáveis à espécie.





**20.6.** A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, nos termos do art. 65, incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993 com suas alterações.

**20.6.1.** Toda alteração contratual deverá ser aprovada previamente pela autoridade competente e formalizada por meio de termo de aditamento, observada a legislação pertinente.

**20.7.** A responsabilidade da CONTRATADA é integral para os serviços que vierem a ser executados em razão desta concorrência, nos termos do código civil brasileiro, sendo que, a presença da fiscalização do DAE não isentará a responsabilidade da CONTRATADA.

**20.8.** Todo e qualquer serviço mencionado nos documentos que integram o presente Edital e seus Anexos será executado sob a responsabilidade direta da CONTRATADA.

**20.9.** Compete às empresas interessadas fazer minucioso exame dos elementos constantes deste Edital e seus Anexos, de modo a poderem, em tempo e por escrito, apresentar todas as dúvidas encontradas, para os devidos esclarecimentos, na forma do item **"19"**, deste Edital;

**20.10.** A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir o presente Contrato, no todo ou em parte sem prévia autorização do DAE.

**20.11..** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.12.** Os casos omissos serão solucionados pela Comissão Permanente de Licitações.

**20.13.** A publicidade dos atos pertinentes a esta licitação será efetuada mediante publicação no Diário Oficial do Município.

**20.14.** Será competente o foro da Comarca da cidade de Americana - SP para dirimir as questões decorrentes desta licitação não resolvidas na esfera administrativa.

**20.15.** Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

Americana, 24 de abril de 2023.

Marcos Eduardo Morelli  
Superintendente Adjunto de Gestão



**ANEXO I DO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/23**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Contratação de empresa de engenharia civil, objetivando a **EXECUÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DA SUBADUTORA DE ÁGUA TRATADA SA-02 (ETA - CR02)**, no trecho localizado na Rua Carlos Gomes, Centro, pelo método não-destrutivo HDD 500 mm, incluindo **DEMOLIÇÃO, ESCAVAÇÃO, REATERRO, PERFURAÇÃO DIRECIONAL POR MÉTODO NÃO DESTRUTIVO, RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS CORRELATOS.**

**2. JUSTIFICATIVA**

A subadutora de água tratada SA-02 foi executada desde o final da década de 50 e encontra-se em funcionamento desde então. A mesma deriva da Estação de Tratamento de Água (ETA), localizada na Praça Doutor Fernando Costa, 250 – Bairro Cordenonsi, e possui caminhamento por importantes vias da malha urbana, até o Centro de Reservação CR-02, localizado na esquina da Av. Campos Salles com Rua Júlio Prestes, Jardim Girassol, próximo à região central do município de Americana. Possui uma extensão total de aproximadamente de 2.520 metros e é responsável pelo abastecimento de três setores da cidade.

Um trecho desta subadutora, com extensão de 300 metros, localizado na Rua Carlos Gomes, com início na esquina com Rua Carioba até a interligação um pouco adiante ao cruzamento da Rua Padre Feijó, na proximidade à linha férrea, vem apresentando constantes rompimentos. Trata-se de um segmento da referida rede que trabalha sob alta pressão, em tubulação de ferro fundido “junta chumbo” diâmetro interno 400 mm, bastante enfraquecida e incrustada, visto o tempo que encontra-se em operação.

O trecho passa por ruas asfaltadas, com solo de baixo suporte e pouca coesão, o que dificulta os reparos demandando grande tempo de parada no abastecimento de água, além de cavas e rompimentos do pavimento com dimensões acima da normalidade.

A Região é ocupada por imóveis comerciais e os reparos, além de causar transtornos evidentes ao comércio local, comprometem o abastecimento de todo o setor dependente da mesma.

Diante desta situação, a Unidade Técnica do DAE, propôs a substituição da tubulação do trecho em comento, por tubo PEAD (polietileno de alta densidade), com a classe de pressão compatível com a real necessidade.

Em função das características do local, já que as ruas são asfaltadas, constituídas com sob solo de pouca coesão, como citado anteriormente, o que demandaria valas de grandes dimensões, com sistema de escoramento e execução de estruturas para garantir o suporte do solo para o assentamento da tubulação, altos custos nas recomposições do pavimento, além de maior tempo de execução, foi definido o processo executivo não destrutivo MND, método de perfuração direcional (HDD).

Visando manter-se o diâmetro hidráulico o mais próximo possível do da linha existente, optou-se pela utilização de tubo PEAD DN 500 mm. – PE 100 – PN 12,5 – SDR 13,6.



A contratação de empresa para execução do objeto faz-se necessário por se tratar de serviço especializado para o qual o DAE não possui equipes e tampouco os equipamentos requeridos.



### **3. DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Para fins de prestação dos serviços deste objeto, a CONTRATADA terá um prazo de 03 (meses), a contar da Ordem de Serviço.

### **4. DOS ORÇAMENTOS**

A CONTRATADA deverá orçar a execução completa dos serviços do objeto, inclusive as recomposições de pavimentos danificados em virtude das cavas de serviço necessárias à inserção das hastes e tubos e nas interligações, bem como todos os acessórios, equipamentos materiais necessários, peças hidráulicas e peças especiais, conexões, abraçadeiras, para a completa execução dos serviços.



A CONTRATADA deverá considerar no orçamento, os custos advindos da possibilidade de trabalhos fora de horários e dias normais, à critério do DAE, visando minimizar os transtornos de abastecimento e ao trânsito.

O levantamento da quantidade do material a ser utilizado para formação do preço (tubos, conexões, etc.) ficam sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá utilizar-se de material apropriado e de boa procedência e aprovado pela FISCALIZAÇÃO. Apenas, a título de orientação para a formação dos preços, a CONTRATADA deve se balizar pelo projeto apresentado.

A CONTRATADA deverá considerar em seu orçamento que será necessário a instalação de caixa para registro de manobra 400 mm.

É importante a realização de visita técnica nos locais de execução da obra, visando verificação "in loco" das condições dos locais dos trabalhos.

O DAE fornecerá para a execução dos serviços apenas os cadastros necessários de sua competência, cabendo à CONTRATADA às solicitações dos cadastros pertinentes à outras concessionárias, inclusive à Prefeitura Municipal de Americana.

Deverão estar inclusos nos preços todos os encargos trabalhistas e BDI, bem como o os custos de transporte e disposição final de entulho proveniente do asfalto para bota-fora licenciados, cuja localização e obtenção de autorização são de responsabilidade da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá prever os custos para a mobilização de seus equipamentos até o Canteiro e aos locais onde serão executados os serviços, inclusive o transporte de máquinas que são proibidas de circular em rodovias e vias públicas, de acordo com a legislação vigente.

O custo do canteiro de obras inclusive a mobilização e a desmobilização, deverá ser levado em consideração pela CONTRATADA na ocasião da elaboração da proposta, que por sua vez é desejável que esteja localizado no município de Americana, nas proximidades da região onde serão executados os serviços.

## **5. VISITA TÉCNICA**

Tendo em vista a importância que as obras objeto deste Termo representa para a melhoria do sistema de abastecimento de parte do município, bem como para o conhecimento dos locais de execução, visto tratar-se de região central com intenso tráfego de veículos e pedestres, além das interferências nas proximidades, a licitante interessada em participar deste certame deverá realizar visita técnica, com acompanhamento de servidor designado da Unidade Técnica (UT) do DAE Americana, que emitirá a "**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**", durante o período compreendido entre a data de publicação desta concorrência até o dia que antecede a abertura dos envelopes, mediante prévio agendamento através do telefone (19) 3471-2396 ou pelo e-mail [orcamento@daeamericana.com.br](mailto:orcamento@daeamericana.com.br).

## **6. DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO**

- 6.1.** A ORDEM DE SERVIÇO só estará disponível para assinatura, após o atendimento INTEGRAL, por parte da CONTRATADA, no que diz respeito à apresentação de todos os documentos solicitados neste Termo e também necessários à integração dos funcionários da mesma junto à Seção de Segurança do Trabalho do DAE.





- 6.2.** A ORDEM DE SERVIÇO será emitida pela “Unidade Técnica” do DAE de Americana, atendidas as exigências e obrigações constantes no item anterior e consequentemente todas as demais deste TERMO;
- 6.3.** O início dos serviços deverá ocorrer dentro de no máximo 05 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Serviço (O.S.);
- 6.4.** Os atrasos ocorridos após a data estipulada acarretarão multas à CONTRATADA, que serão descontadas diretamente na medição vincenda.

## **7. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O DAE designará preposto (s) para acompanhar, fiscalizar, liberar a execução e aceitação dos serviços, fato que não eximirá a empresa CONTRATADA de sua responsabilidade civil e técnica.

A gestão e a fiscalização do contrato serão da “Unidade Técnica” do DAE.

A FISCALIZAÇÃO poderá suspender a execução de qualquer serviço que esteja em desacordo com este Termo, especificações, normas ou regulamentações. O serviço recusado deverá ser refeito ou corrigido às expensas da Contratada.

A FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, documentos que comprovem o pleno e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, incluindo mão de obra, materiais e equipamentos, sob a pena de não liberar os trabalhos até a efetiva comprovação, cabendo aplicação de multas contratuais por parte do DAE.

## **8. RELACIONAMENTO CONTRATADA - DAE**

- 8.1.** Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da CONTRATADA, o desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimentos das cláusulas e condições deste Termo de Referência, Especificações e do Contrato, bem como de tudo que estiver contido nas Normas Regulamentadoras e Técnicas (ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas), assim como suas especificações e Métodos;
- 8.2.** Como parte de sua responsabilidade com o DAE, a CONTRATADA deverá submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO todos os seus equipamentos, ferramentas, uniformes e EPI's que serão utilizadas na execução dos serviços;
- 8.3.** Deverá a CONTRATADA acatar de modo imediato às ordens da FISCALIZAÇÃO, dentro deste Termo e do contrato;
- 8.4.** Ficam reservados à GESTÃO/FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos, omissos, não previstos no contrato, neste Termo, orçamento e em tudo mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com os serviços em questão e seus complementos;
- 8.5.** A CONTRATADA deverá permanentemente ter e colocar à disposição da FISCALIZAÇÃO os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção das instalações, dos materiais e dos equipamentos, independentemente da inspeção de medições para efeito de faturamento e, ainda, independentemente do estado do serviço e do canteiro de serviços;
- 8.6.** A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA no que concerne



aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o código civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

- 8.7.** A FISCALIZAÇÃO poderá exigir a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela CONTRATADA, providências suplementares necessárias à segurança e ao bom andamento do serviço;
- 8.8.** Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao preposto identificado no contrato serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à CONTRATADA. Por outro lado, todo e qualquer ato efetuado ou disposição tomada pelo referido preposto, ou ainda omissões de responsabilidade do(s) mesmo(s), serão consideradas para todo e qualquer efeito como tendo sido da CONTRATADA;
- 8.9.** O preposto responsável pelo contrato e os responsáveis pelas equipes, cada um no âmbito respectivo, deverão estar sempre em condições de atender à FISCALIZAÇÃO e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, a sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo o mais que a FISCALIZAÇÃO reputar necessário ou útil; e que se refira, diretamente, aos serviços e suas implicações.

## **9. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 9.1.** A CONTRATADA deverá executar os serviços dentro do prazo determinado no item 3;
- 9.2.** Na prestação de todos os serviços constantes neste Termo, deverão ser atendidas todas as Normas Técnicas da ABNT, NR 18 – “CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO” e aos padrões do DAE;
- 9.3.** A CONTRATADA deverá manter no local da obra ou no canteiro, um diário de obras, onde devem ser relatadas todas as ocorrências diárias, cujo acesso será livre por parte da FISCALIZAÇÃO;
- 9.4.** A CONTRATADA deverá ter mobilidade e flexibilidade para atender a os serviços constantes na planilha de orçamento, dentro do prazo previsto. O não cumprimento não eximirá o DAE de aplicar as sanções contratuais previstas, e não será motivo para a CONTRATADA reivindicar custos adicionais de mobilização ou desmobilização de equipes com os respectivos agregados, bem como solicitar reajuste contratual;
- 9.5.** A CONTRATADA deverá submeter à aprovação do gestor do contrato, o seu plano de trabalho, com a quantidade de equipes que irão executar o serviço;
- 9.6.** Cabe aos responsáveis de cada equipe conhecer e fazer cumprir por todos, os procedimentos, incluindo as seguintes regras gerais:
  - Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e os Equipamentos de Proteção Coletivos (EPC), conforme orientação da Segurança do Trabalho;
  - Respeitar toda e qualquer legislação ambiental vigente no local de execução dos serviços, de forma a minimizar os impactos ambientais negativos;
  - Na ocorrência de qualquer incidente que implique em dano ou risco de comprometimento da qualidade da fauna e flora, da água, do solo ou do ar, ou mesmo da relação das comunidades vizinhas, comunicar imediatamente a FISCALIZAÇÃO.
- 9.7.** Verificada a necessidade de alteração nas quantidades de equipes alocadas, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de cinco dias, as adequações das mesmas para os trabalhos, sob a pena de aplicações de sanções;





- 9.8.** Qualquer alteração em relação à quantidade de equipes alocadas deverá ser comunicado previamente ao gestor do contrato que tem pleno poder para aprová-las ou não;
- 9.9.** A CONTRATADA deverá prever a possibilidade de realização das atividades em período noturno, finais de semana e feriados, de acordo com a necessidade da Autarquia, ficando ao cargo da CONTRATADA dispor do que for necessário para tanto, como por exemplo: pagamento de adicional noturno, pessoal extra, etc; sem gerar qualquer tipo de ônus ao DAE, além dos custos já estabelecidos pela empresa na formulação da sua proposta;
- 9.10.** A CONTRATADA estará sujeita às definições estabelecidas pela Unidade de Transito da Prefeitura Municipal de Americana em conjunto com o DAE, no que diz respeito às interdições totais ou parciais da via pública, não podendo a CONTRATADA alegar, em hipótese alguma, impossibilidade para execução do serviço, em virtude deste motivo; sem gerar qualquer tipo de ônus ao DAE, além dos custos já estabelecidos pela empresa na formulação de sua proposta;
- 9.11.** A obra deverá ser acompanhada em período integral por Responsável Técnico, indicado no Contrato;
- 9.12.** Qualquer impedimento ao andamento normal dos serviços, tais como chuvas intensas e ininterruptas, interferências imprevistas como redes subterrâneas de naturezas diversas, presença de água, solo rochoso nas valas e outros, deverá ser comunicado ao DAE através de e-mail e indicado no diário de obras;
- 9.13.** A CONTRATADA deverá dispor de mão de obra qualificada para a execução dos serviços objetos deste Termo;
- 9.14.** Nenhuma manobra de válvula, chave ou qualquer outro dispositivo de controle nos sistemas de utilidade pública existentes, deverá ser operado, sob qualquer pretexto, pela CONTRATADA, sem o conhecimento prévio da FISCALIZAÇÃO;
- 9.15.** A CONTRATADA obriga-se a fornecer o cadastro dos serviços executados, que consiste na entrega do "as built" e na apresentação de fotos, sendo obrigatoriamente, no mínimo, uma por etapa do serviço (interligações, inserção do tubo, vala aterrada, com pavimento recomposto, etc), além das fotos do local antes do serviço ser executado. Cada foto deverá ser identificada, com o trecho correspondente. Todas as fotos devem ser legíveis e deve possibilitar a identificação do local onde o serviço foi executado;
- 9.16.** As fotos deverão ser encaminhadas ao DAE junto com a medição mensal em arquivo digital;
- 9.17.** Junto com as medições mensais deverá ser encaminhado ao menos um croqui, demonstrando os trechos dos serviços que estão sendo medidos e deverá conter todas as informações referentes às redes, tais como diâmetro, material, profundidade, distância em relação às divisas, interferências, amarrações das peças e datas de execução. O cadastro da obra só será remunerado pelo DAE ao final da execução dos serviços, quando deverá ser entregue o "as built" completo de todos os trechos executados em forma impressa e digital, em arquivos com extensões .dwg, .doc, .xls, .pdf e outros.
- 9.18.** A sinalização na ocasião da execução dos serviços é de responsabilidade da CONTRATADA, sendo esta responsável por eventuais acidentes que porventura envolvam terceiros em virtude da falta da mesma;



- 9.19.** As autorizações junto às concessionárias prestadoras de serviços tais como telefone, energia elétrica, gás, etc., para interrupção e/ou desvio de tráfego junto aos Órgãos envolvidos, em virtude da execução dos serviços, será única e exclusivamente responsabilidade da CONTRATADA;
- 9.20.** A CONTRATADA deverá proceder à pesquisa de interferência, existente no local dos serviços, antes do início dos mesmos, com a finalidade que não sejam danificados quaisquer tubos, caixas, cabos, postes e outros elementos ou estruturas que estejam na zona atingida pela escavação ou em área próxima a esta;
- 9.21.** A CONTRATADA deverá dispor de equipe própria de Topografia em tempo integral, às suas expensas e sem custo adicional ao DAE, para eventuais levantamentos e ajustes que sejam necessários, bem como para fins de nivelamento dos tubos assentados;
- 9.22.** A CONTRATADA deverá procurar minimizar as interferências dos trabalhos sobre o comércio local e o trânsito de veículos e pedestres;
- 9.23.** Antes da execução da demolição do pavimento asfáltico, a área a ser demolida deverá ser demarcada com serra de disco apropriada para tal finalidade tipo "Clipper";
- 9.24.** Para as interligações ao sistema existente serão utilizadas peças e conexões adequadas ao tipo de rede com as quais serão interligadas e deverão ser executadas de forma que não provoquem danos ao sistema existente e o menor transtorno possível à população;
- 9.25.** As camadas de solo a serem compactadas não deverão ultrapassar 20 (vinte) centímetros de espessura, devendo ser utilizado para tal fim: rolo compactador vibratório ou compactador de percussão (tipo 'sapo');
- 9.26.** Nos locais escavados constituídos de asfalto, será executada a troca do solo ao longo da vala a ser reaterada, onde só será aceito solo do tipo A2, isento de entulhos, óleos, madeiras, graxas, etc;
- 9.27.** Logo após a execução do reaterro da vala compactado, a CONTRATADA deverá providenciar pelo menos a execução da caixa de bica corrida, compactada;
- 9.28.** A recomposição do pavimento asfáltico deverá ser feita, pelo menos, semanalmente ou, em casos específicos, conforme solicitação da FISCALIZAÇÃO, de forma imediata ou dentro do prazo solicitado;
- 9.29.** Os serviços de recomposição asfáltica e de passeio executados que, eventualmente, apresentem problemas após a liberação do uso da via, deverão ser refeitos pela CONTRATADA sem qualquer ônus adicional ao DAE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas ou de imediato, caso se configurem riscos iminentes;
- 9.30.** Os serviços executados em vala que possua sinalização de solo (PARE, FAIXA DE PEDESTRES ou outras) deverão ser comunicados à Fiscalização imediatamente após sua execução, por email indicando: endereço, número e/ou cruzamento, fotos e demais referências que forem necessárias à identificação do local, para que sejam encaminhados à Unidade de Trânsito e Sistema Viário para fins de recomposição da mesma;
- 9.31.** Se porventura houver necessidade de interrupção do fornecimento de água à população para a execução de algum serviço, o mesmo só poderá ser executado mediante autorização do DAE, que deverá ser avisado previamente pela



CONTRATADA, com antecedência mínima de 72 horas (setenta e duas) para que sejam providenciados os avisos junto à população. O tempo sempre será contado a partir do primeiro dia útil da comunicação, via e-mail. Caso haja atraso no reabastecimento, em decorrência de negligência por parte da CONTRATADA, o DAE exigirá a devida indenização do correspondente valor de água não fornecida à população;

- 9.32.** Para a abertura, escavação e escoramento de valas, deverão ser observados às disposições da NBR 12266 e da NR 18;
- 9.33.** As escavações executadas em passeios serão executadas manualmente;
- 9.34.** As aberturas das valas deverão ser até as cotas compatíveis, de forma mecânica ou manual, e quando as condições de campo (espaço, solo, greide, etc.) exigirem;
- 9.35.** Para as valas que necessitam de escoramento, o fornecimento, montagem e desmontagem das respectivas estruturas são de responsabilidade da CONTRATADA;
- 9.36.** Quando for utilizada a escavação mecanizada, esta poderá ser complementada com escavação manual para a finalização das aberturas de terreno até as dimensões necessárias para os respectivos serviços a serem executados;
- 9.37.** Todo o entulho proveniente de demolições será encaminhado a bota-foras devidamente licenciados, sob a responsabilidade e custos da CONTRATADA, quer seja quanto à localização do mesmo, quanto aos custos envolvidos de carga, descarga, transporte e disposição final;
- 9.38.** As valas não poderão permanecer abertas, sem que as mesmas sejam devidamente sinalizadas e sem que sobre elas sejam colocados passadiços de madeira ou metálicos, suficientemente resistentes, para proteção dos transeuntes e veículos, respectivamente;
- 9.39.** Caso ocorra a necessidade, das valas permanecerem abertas, deverá ser instalada sinalização noturna ao redor das mesmas, com o emprego de baldes plásticos, fios, lâmpadas, etc, ou qualquer outro dispositivo que cumpra a finalidade;
- 9.40.** Na ocorrência do item anterior, a CONTRATADA deverá comunicar a FISCALIZAÇÃO previamente, para que tal feito seja autorizado;
- 9.41.** Compete à CONTRATADA recolher e transportar, convenientemente, o material escavado, providenciando a remoção de entulhos, de modo que os trechos de passeio ou de pistas da via pública se apresentem sempre limpos, varridos ou lavados, conforme exigir cada caso;
- 9.42.** Na sinalização preventiva, deverão ser adotados os procedimentos conforme especificações relativas ao trânsito e segurança, juntamente com as normas da Unidade de Trânsito e Sistema Viário, do município de Americana sob a responsabilidade da CONTRATADA;
- 9.43.** A locação da obra será executada com base nas indicações do projeto geométrico ou de acordo com novo levantamento topográfico realizado pela CONTRATADA, se for o caso, a partir do resultado da sondagem de campo e pesquisas de interferências realizadas;
- 9.44.** A obra será locada em toda a sua extensão, antes do início efetivo da sua execução;
- 9.45.** Os cadastros de redes de água e esgoto, que porventura o DAE vier a fornecer e/ou de simplesmente consulta, servirão única e exclusivamente como orientação.



À CONTRATADA cabe à execução da sondagem, a localização, demarcação efetiva das mesmas, cujos custos correrão às suas custas;

**9.46.** Após o término dos serviços objeto deste Termo, a CONTRATADA deverá entregar o local limpo e livre de entulhos e de excesso de terra, devidamente varridos com vassourões adequados;

**9.47.** Para a execução da rede em MND com perfuração direcional:

**9.47.1.** A CONTRATADA é responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos e equipes especializadas para a execução da perfuração direcional HDD, bem como pela execução da solda dos tubos PEAD pelo processo de termofusão;

**9.47.2.** Deverão ser construídos poços de serviços nas estacas E0 e E14, respectivamente, sendo que um deles será aproveitado para a construção de uma caixa de registro. A cava deste poço terá dimensões de acordo com a metodologia da empresa construtora;

**9.47.3.** Os locais próximos à construção dos poços de serviços deverão estar completamente desimpedidos de modo a se evitar acidentes;

**9.47.4.** A faixa de terreno onde será instalada a tubulação deverá ser vistoriada antes do início das obras com atenção à atualização cadastral do local, inclusive com a execução de sondagens e pesquisas de interferências por detecção eletromagnética, visando detectar a existência de redes de água esgoto, rede de telefonia, galerias, rede de gás e de outras concessionárias e quaisquer tipos de interferência;

**9.47.5.** A CONTRATADA será responsável pela elaboração do plano de furo, o qual deverá ser apresentado à FISCALIZAÇÃO para aprovação antes do início da execução dos serviços de perfuração;

**9.47.6.** Após a liberação da faixa, será programada a execução do serviço de maneira a causar menor perturbação possível nos usos normais da superfície, especialmente onde houver tráfego de veículos ou pedestres;

**9.48.** A CONTRATADA deverá fornecer garantia pelos serviços executados pelo período de cinco anos, responsabilizando-se por vícios ocultos, conexões e peças fora de linha de fabricação e qualidade dos materiais utilizados.

## **10. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**

Para a execução dos serviços licitados, a CONTRATADA deverá dispor, no mínimo, dos equipamentos, máquinas e veículos abaixo relacionados, em quantidade suficiente para atender a demanda, sendo pelo menos um conjunto de equipamento por equipe:

- conjunto de equipamentos para perfuração direcional HDD
- gerador de energia portátil
- máquina de solda por termofusão e/ou eletrofusão
- retroescavadeira sobre pneus, potência mínima 75 HP;
- caminhão basculante toco
- compactador de solos, portátil à percussão
- serra de disco para corte de pavimento, tipo Clipper
- rolo liso para pavimentação
- placa portátil vibratória para pavimentos
- bomba de esgotamento de valas e cavas
- utilitário a gasolina/diesel adequado ao transporte das equipes;



-serra manual e mecânica para corte de tubos e demais ferramentas necessárias para assentamento de tubulações, peças, conexões e acessórios, inclusive as reposições do disco;

**10.1. CONDIÇÕES DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS:**

- 10.1.1.** Os veículos e máquinas deverão portar em local visível (portas e tampa traseira) adesivo com os dizeres – **A SERVIÇO DO DAE AMERICANA**, conforme modelos a serem fornecidos pelo DAE. Caso existam logotipos da CONTRATADA, estes não poderão sobressair-se ao logotipo do DAE;
- 10.1.2.** A CONTRATADA deverá manter os equipamentos, máquinas e veículos em perfeitas condições de funcionamento, regularizados e dentro das normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Nacional;
- 10.1.3.** Os veículos e máquinas poderão ter idade máxima de 10 (dez) anos, contados do ano vigente, em bom estado de conservação, com comprovação através de documentação a ser apresentado no ato da assinatura do contrato, que fará parte integrante do contrato;
- 10.1.4.** A CONTRATADA deverá repor, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas os veículos/equipamentos que apresentem defeitos ou algum outro tipo de problema;
- 10.1.5.** A CONTRATADA deverá providenciar seguro de todos os veículos/equipamentos de sua propriedade, inclusive contra danos a terceiros, que eventualmente possam ocorrer em virtude da realização dos serviços;
- 10.1.6.** Os veículos e máquinas deverão possuir 'luz de sinalização', tipo dispositivo intermitente, na cor âmbar;
- 10.1.7.** No caso da CONTRATADA utilizar-se de máquinas e/ou veículos locados, o DAE exigirá cópia do documento de locação, no ato da assinatura do contrato;
- 10.1.8.** Os equipamentos de sinalização, de responsabilidade da CONTRATADA, deverão dispor de autorização de utilização da PMA, através da Unidade de Transportes e Sistema Viário e atender às normas por ela estabelecidas, no que diz respeito ao desvio de trânsito e/ou interdição de via pública;
- 10.1.9.** É de responsabilidade da CONTRATADA o transporte de máquinas proibidas de transitarem em rodovias e vias públicas, de acordo com legislação vigente, tais como retroescavadeiras e rolo compactador, em equipamento adequado para tal fim.

**11. MÃO DE OBRA**

- 11.1.** A CONTRATADA deverá manter preposto, devendo ser engenheiro civil, sanitarista, tecnólogo ou técnico em edificações, com respectivo número do registro profissional no **CREA**, devidamente identificado no contrato, para tratar dos serviços junto à FISCALIZAÇÃO e ao gestor do contrato, em horário comercial ou extraordinário (se necessário). O comparecimento do preposto no DAE deverá ser sempre que solicitado pelo GESTOR/FISCALIZAÇÃO;
- 11.2.** A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, no ato da assinatura do contrato, a ART recolhida do responsável técnico pela execução dos serviços e do preposto;





- 11.3.** A mão de obra utilizada para a execução deste objeto deverá ser qualificada, sendo devidamente comprovado na ocasião da apresentação dos documentos para fins de integração dos funcionários, antes da emissão da ordem de serviço;
- 11.4.** A CONTRATADA deverá substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado cuja presença no local dos serviços for julgada inconveniente pelo DAE;
- 11.5.** A CONTRATADA deverá implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, com apresentação do mesmo ao DAE;
- 11.6.** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por danos causados ao DAE e a terceiros durante a execução dos serviços, sejam estes por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o DAE reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito;
- 11.7.** A CONTRATADA deverá orientar os empregados para que se comportem sempre de forma cordial com os demais e se apresentem sempre dentro dos padrões de eficiência e higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços;
- 11.8.** A CONTRATADA deverá submeter relação nominal dos empregados em serviço no DAE, no ato da assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração;
- 11.9.** A CONTRATADA deverá manter os empregados devidamente uniformizados e portar obrigatoriamente crachá de identificação, sendo que o uniforme deverá apresentar o nome da CONTRATADA nas costas e na frente (lado superior esquerdo e/ou no bolso se houver).
- 11.9.1.** Deverá fazer parte integrante do uniforme a capa de chuva de nylon individual para cada funcionário da CONTRATADA, contendo seu logotipo e identificação;
- 11.10.** A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento da alimentação de seu pessoal e de todos os EPI's necessários aos seus funcionários, assim como deverá verificar se os mesmos estão sendo utilizados adequadamente;
- 11.11.** A CONTRATADA deverá adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados, quantos para a execução dos serviços propriamente ditos, bem como obedecer a todas as Normas Regulamentadoras (NRs) pertinentes;
- 11.12.** A CONTRATADA deverá providenciar para que todos seus empregados cumpram as normas internas, especialmente aquelas relativas à segurança onde serão executados os serviços;
- 11.13.** Os empregados da CONTRATADA não terão nenhum vínculo com o DAE, ficando sob a inteira responsabilidade da CONTRATADA os pagamentos e/ou ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, indenizações trabalhistas, vale-transporte, refeição e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes deste contrato;
- 11.14.** A CONTRATADA deverá realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto no processo de admissão quanto ao longo da vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames de saúde e periódicos exigidos, apresentando os respectivos comprovantes no ato da assinatura do contrato e sempre que solicitado pelo DAE;





- 11.15.** Os empregados da CONTRATADA deverão respeitar as normas e procedimentos do DAE, quanto à segurança interna (entrada e saída de pessoal e material), além do respeito às normas de segurança do trabalho;
- 11.16.** A CONTRATADA deverá cumprir todas as normas regulamentares de higiene, medicina e segurança do trabalho, se responsabilizando por quaisquer acidentes que venham ter como vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem, e pela observância das demais exigências legais para o exercício da atividade.



## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO**

### **1. COMPOSIÇÃO GERAL DOS PREÇOS**

Todos os preços unitários ou globais incluem em sua composição, além de leis sociais e BDI, os custos relativos a:

- a. Materiais: fornecimento, carga e descarga, transporte, estocagem, manuseio e guarda;
- b. Mão de obra: pessoal, transporte, alojamento, alimentação, assistência médica e social, equipamentos de proteção individual;
- c. Veículos e equipamentos: operação e manutenção de todos os veículos e equipamentos necessários à execução das obras;
- d. Ferramentas, aparelhos e instrumentos: operação e manutenção dos mesmos;
- e. Materiais de consumo: combustíveis, graxas, lubrificantes e insumos de uso em geral;
- f. Água e energia elétrica: fornecimento, instalação, operação e manutenção dos sistemas de distribuição, tanto para o canteiro quanto para a execução das obras;
- g. Segurança e vigilância: fornecimento, instalação, operação e manutenção de equipamentos contra incêndio e todos os demais destinados à prevenção de acidentes, bem como de pessoal habilitado à vigilância das obras.

### **2. UNIDADES PADRÃO**

A atribuição das unidades ocorre por meio de critério estabelecido tanto pelo mercado da construção civil como pela maneira de fornecimento, instalação ou execução dos serviços e são representadas conforme segue, bem como sua maneira de utilização:

ABREVIATURA	UNIDADE	DESCRIÇÃO
A x m	AMPERE VEZES METRO	REFERE-SE À INTENSIDADE E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE QUANTIDADE DE CORRENTE ELÉTRICA POR COMPRIMENTO.
cj	CONJUNTO	MEDIDA UNITÁRIA, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS COMPOSTOS POR PARTES DISTINTAS.
cj x dia	CONJUNTO VEZES DIAS	REFERE-SE À PERÍODO E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE EQUIPAMENTO OU FERRAMENTA LOCADOS, EM QUANTIDADES INTEIRAS DE CONJUNTOS E DIAS.
cm <sup>3</sup>	CENTÍMETRO CÚBICO	UNIDADE VOLUMÉTRICA E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS POR VOLUMES MUITO PEQUENOS.
dm <sup>3</sup>	DECÍMETRO CÚBICO	UNIDADE VOLUMÉTRICA, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS POR VOLUMES PEQUENOS.
h	HORA	UNIDADE DE TEMPO, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS



		AFERIDOS POR DURAÇÃO DE EXECUÇÃO.
H.P. x h	HORSE POWER VEZESHORAS	INDICA CAPACIDADE E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS POR MEIO DE EQUIPAMENTO COM DETERMINADA POTÊNCIA NUM PERÍODO DE TEMPO, AFERIDO EM HORAS.
kg	QUILO	INDICA MASSA, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS COM QUANTIDADES EM MASSA DE MATERIAL EMPREGADO NA EXECUÇÃO.
km	QUILÔMETRO	REFERE-SE À PERCURSO E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ATRAVÉS DE GRANDES DISTÂNCIAS.
ha	HECTARE	REFERE-SE À PERCURSO E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ATRAVÉS DE GRANDES DISTÂNCIAS.
l	LITRO	UNIDADE VOLUMÉTRICA E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS COM QUANTIDADES DE VOLUME DE MATERIAL EMPREGADO NA EXECUÇÃO.
m	METRO	REFERE-SE À COMPRIMENTO E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS POR EXTENSÃO.
m x mês	METRO VEZES MÊS	REFERE-SE À PERÍODO E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE EQUIPAMENTO OU FERRAMENTA LOCADOS, EM QUANTIDADES QUEBRADAS DE METROS POR MESES INTEIROS.
m <sup>2</sup>	METRO QUADRADO	REFERE-SE À SUPERFÍCIE E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS POR ÁREA.
m <sup>2</sup> x mês	METRO QUADRADO VEZES MÊS	INDICA PERÍODO E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE EQUIPAMENTO OU FERRAMENTA LOCADOS, EM QUANTIDADES QUEBRADAS DE METROS QUADRADOS POR MESES INTEIROS.
M <sup>3</sup>	METRO CÚBICO	UNIDADE VOLUMÉTRICA, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS POR VOLUMES MÉDIOS.
M <sup>3</sup> x mês	METRO CÚBICO VEZES MÊS	INDICA PERÍODO E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE EQUIPAMENTO OU FERRAMENTA LOCADOS, EM QUANTIDADES QUEBRADAS DE METROS CÚBICOS POR MESES INTEIROS.
M <sup>3</sup> x km	METRO CÚBICO VEZES QUILÔMETRO	INDICA TRASLADO E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENVOLVAM TRANSPORTE DE MATERIAIS MENSURADOS POR VOLUME, ATRAVÉS DE DISTÂNCIAS MENSURADAS EM KILÔMETROS.



t	TONELADA	REFERE-SE À UNIDADE DE MEDIDA DE MASSA.
par	PAR	MEDIDA UNITÁRIA E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS OBRIGATORIAMENTE COM DUAS UNIDADES.
tx	TAXA	REFERE-SE À TAXAMENTO E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO DE SERVIÇOS QUE AGREGAM VALORES ADICIONAIS DE NATUREZA OPERACIONAL, SENDO REMUNERADOS EM SUA TOTALIDADE.
un	UNIDADE	MEDIDA UNITÁRIA, UTILIZADA PARA A MEDIÇÃO DE SERVIÇOS REMUNERADOS EM QUANTIDADES INTEIRAS.
un x mês	UNIDADE VEZES MÊS	REFERE-SE À PERÍODO E É UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE EQUIPAMENTO OU FERRAMENTA LOCADOS, EM QUANTIDADES INTEIRAS DE UNIDADES E MESES.

### **3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

#### **3.1. SERVIÇOS INICIAIS**

##### **3.1.1. CANTEIRO DE OBRAS E MANUTENÇÃO MENSAL**

Medido pelo avanço físico da obra (%).

Apesar de orçado por mês, este item será medido conforme o avanço financeiro da obra (em porcentagem), conforme Acórdão 2622/2013, do TCU - Plenário (Tribunal de Contas da União). Está contemplada a locação de um imóvel, os gastos com consumo de energia elétrica, de água e com insumos de higiene e limpeza.

##### **3.1.2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

Medido pelo avanço físico da obra (%).

Apesar de orçado através de quantidade estimada de horas do profissional, este item será medido conforme o avanço financeiro da obra (em porcentagem), conforme Acórdão 2622/2013, do TCU - Plenário (Tribunal de Contas da União). Está contemplada a locação de um imóvel, os gastos com consumo de energia elétrica, de água e com insumos de higiene e limpeza.

##### **3.1.3. BANHEIRO QUÍMICO**

Medido pela locação mensal do banheiro químico (mês).

Contempla a locação de banheiro químico, modelo standart, inclusive carga, descarga, transporte e instalação da cabine, bem como a mão de obra necessária à retirada de efluentes uma vez por semana e o respectivo descarte em locais autorizados pela CETESB.

##### **3.1.4. SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NOTURNA E DIURNA**

Medido pela extensão sinalizada (m).

Instalação e fornecimento de sinalização luminosa, incluindo a montagem, manutenção e remoção de iluminação de segurança em sinalização de via.

##### **3.1.5. PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA**

Medido por área de placa confeccionada (m<sup>2</sup>).



Contempla o fornecimento e instalação de placa fabricada em lona para fachada, conforme normas e legislação vigentes, sendo composta por banner em lona com impressão digital em alta resolução, requadrada por pontaletes 75 mm x 75 mm, incluindo o fornecimento e instalação de estrutura de fixação em madeira, composta por pontaletes e sarrafos, com travamento a cada 1,50 m com pontalete, pintura com tinta PVA para madeira e todos os acessórios necessários para a fixação da placa.

### **3.2. DEMOLIÇÕES E RETIRADAS**

#### **3.2.1. DEMOLIÇÃO PARCIAL DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO**

Medido pela área de pavimento demolido ( $m^2$ ).

Compreende a demolição e remoção do pavimento existente, inclusive limpeza, disposição provisória ao longo das valas.

### **3.3. CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE**

#### **3.3.1. CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE**

Medido pelo volume de material ( $m^3$ ).

Carga mecanizada de solo ou de materiais granulares, proveniente de escavações ou jazidas, manobras, descarga e acomodação em local estabelecido.

#### **3.3.2. CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE**

Medido pelo volume de material ( $m^3$ ).

Carga mecanizada de entulho proveniente de demolições, manobras, descarga e espalhamento em bota-fora.

#### **3.3.3. TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE EM CAMINHÃO BASCULANTE, ATÉ 30 KM**

Medido pelo volume de material multiplicado pela distância percorrida ( $m^3 \times km$ ).

Transporte em caminhão basculante de material escavado, solo, rocha, entulhos, ou mistura asfáltica numa distância máxima de 30 km.

### **3.4. TAXAS DE RECOLHIMENTO**

#### **3.4.1. TAXA DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUO SÓLIDO EM ATERRO**

Medido por massa de material (t).

Contempla a taxa de descarte de material proveniente da demolição de pavimento asfáltico em aterro certificado pela CETESB e CADRI, conforme legislação vigente.

A quantidade do material será aferida no local de recolhimento.

### **3.5. MOVIMENTO DE TERRA**

#### **3.5.1. ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA EM SOLO DE 1ª CATEGORIA**

Medido pelo volume de escavação no corte ( $m^3$ ).

Escavação mecanizada de valas em qualquer terreno, inclusive com presença de matacões com volume até  $0,50 m^3$ , exceto rocha, incluindo a regularização do fundo da vala e limpeza do entorno, executada em locais com grande nível de interferências.

#### **3.5.2. ATERRO DE VALAS, POÇOS E CAVAS COMPACTADO MECANICAMENTE, SEM CONTROLE DO G.C**



Medido pelo volume de aterro compactado (m<sup>3</sup>).

Lançamento, espalhamento e homogeneização do material em camadas sucessivas de 0,20 m, compactação mecanizada sem controle de grau de compactação, nivelamento, acabamento e limpeza final do entorno.

### **3.5.3. ARGILA PARA ATERRO/REATERRO (COM TRANSPORTE ATÉ 10 KM)**

Medido pelo volume compactado (m<sup>3</sup>).

Lançamento, espalhamento e homogeneização do material em camadas sucessivas de 0,20 m, compactação mecanizada, nivelamento, acabamento e limpeza final do entorno.

## **3.6. ESCORAMENTOS E CONTENÇÕES**

### **3.6.1. ESCORAMENTO POR PONTALETEAMENTO, DESCONTÍNUO, CONTÍNUO E ESPECIAL**

Medido pela área da parede da vala ser efetivamente escorada (m<sup>2</sup>).

Compreende a execução de toda estrutura do escoramento nas superfícies laterais das valas, poços e cavas, inspeções e todas as manutenções necessárias à estabilidade do conjunto, inclusive sua remoção completa.

### **3.6.2. SOLO-CIMENTO ENSACADO**

Medido pelo volume de solo-cimento lançado (m<sup>3</sup>).

Compreende a o fornecimento do solo-cimento e seu respectivo ensacamento em embalagens de rafia, bem como o lançamento do mesmo no fundo das valas.

## **3.7. DRENAGEM**

### **3.7.1. ESGOTAMENTO DE VALAS COM MOTOBOMBA DE SUPERFÍCIE OU SUBMERSA**

Medido pelo tempo efetivo de utilização (h).

Contempla o esgotamento de água oriunda de infiltração, lençol freático ou pluviais, com o emprego de bombas centrífugas instaladas na superfície ou submersa, incluindo instalação, mangueiras e acessórios, consumo de eletricidade ou de combustível e outros insumos necessários, operação, manutenção de todo o conjunto e retirada do mesmo.

## **3.8. SERVIÇOS TÉCNICOS**

### **3.8.1. LOCAÇÃO DE REDES DE ÁGUA/ESGOTO**

Medido pela extensão de rede locada (m).

Compreende a locação, relocação e nivelamento das valas e tubulações, bem como todos os serviços topográficos necessários à locação da obra.

### **3.8.2.. CADASTRO DE REDES DE ÁGUA/ESGOTO**

Medido pela extensão de rede cadastrada (m).

Compreende a execução de todos os serviços topográficos e correlatos que sejam necessários para que seja efetuado o cadastro, incluindo mão de obra e equipamentos necessários.

## **3.9. LASTROS PARA FUNDO DE VALA**

### **3.9.1. PREPARO DE FUNDO DE VALA COM CAMADA DE BRITA**

Medido pelo volume de brita lançado (m<sup>3</sup>).

Contempla o fornecimento da brita nº 0 ou pedrisco, lançamento, espalhamento e nivelamento no fundo da vala e limpeza final.

### **3.9.2. LASTRO, LAJE E BERÇO PARA ASSENTAMENTO DE TUBOS E PEÇAS**

Medido pelo comprimento executado (m).





Contempla o lançamento, espalhamento e compactação da camada de brita, bem como a execução das fôrmas, execução de armação, preparo, lançamento e adensamento do concreto, inclusive todos os materiais e equipamentos necessários.

### **3.10. MÉTODO NÃO DESTRUTIVO**

#### **3.10.1. TAXA DE MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DIRECIONAL HDD**

Medido pela quantidade de mobilizações (un.).

Contempla a mobilização, transporte e desmobilização da equipe e dos respectivos equipamentos, a ser aplicada apenas para o início dos serviços ou em frentes de serviços distintas.

#### **3.10.2. EXECUÇÃO DE MÉTODO NÃO DESTRUTIVO COM PERFURAÇÃO DIRECIONAL HDD**

Medido pela extensão de perfuração executada (m).

Contempla a execução de perfuração direcional, em qualquer terreno exceto rocha. Inclusive a soldagem e instalação da tubulação.

### **3.11. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBULAÇÃO, CONEXÕES E ACESSÓRIOS**

#### **3.11.1. FORNECIMENTO DE PEÇAS E CONEXÕES EM FERRO FUNDIDO, PEAD, PVC E ACESSÓRIOS**

Medido pela unidade fornecida (un).

Contempla o fornecimento das peças, conexões e acessórios postos em obra, inclusive carga, descarga e transporte.

#### **3.11.2. TUBO EM FERRO FUNDIDO, PEAD, PVC/PBA, PVC DEFOFO, RPVC, PVC COLETOR DE ESGOTO, PVC CORRUGADO.**

Medido pela extensão do tubo fornecido (m).

Contempla a extensão efetivamente fornecida da tubulação posto em obra, inclusive carga, descarga e transporte.

#### **3.11.3. ASSENTAMENTO DE TUBULAÇÃO FERRO FUNDIDO (JGS), PEAD, PVC/PBA, PVC DEFOFO, RPVC, PVC COLETOR DE ESGOTO, PVC CORRUGADO.**

Medido pela extensão do tubo assentado (m).

Contempla o assentamento da tubulação no fundo da vala, nivelamento, apoios, travamentos e montagem de suas juntas inclusive de peças e conexões, limpeza prévia dos materiais, descida dos mesmos ao fundo da vala e mão de obra e equipamentos necessários ao assentamento.

#### **3.11.4. MONTAGEM DE TUBOS E CONEXÕES FLANGEADOS**

Medido pela massa de tubos e conexões assentadas (kg).

Contempla o assentamento da tubulação no fundo da vala ou aérea até altura de dois metros, inclusive carga, transporte e descarga no local da obra, movimentação, posicionamento, limpeza, ajuste e fixação de tubos e conexões em aço carbono, inox ou ferro fundido, flangeados.

### **3.12. CAIXA DE PROTEÇÃO PARA REGISTRO**

#### **3.12.1. CAIXA DE PROTEÇÃO PARA REGISTRO CIRCULAR COM ADUELAS PRÉ-FABRICADAS DE CONCRETO, DIÂMETRO 1,00 M**

Medido por unidade de poço de visita executado (un.).

Contempla a construção da caixa de proteção para registro, incluindo escavação e escoramento em qualquer terreno exceto rocha, reaterro da cava, carga, descarga,



transporte e espalhamento do material excedente do aterro em bota-fora, execução de lastro de fundo de vala, laje de concreto armado, fornecimento e assentamento das aduelas pré-fabricadas de concreto, fornecimento e assentamento do tampão em ferro fundido, conformações hidráulicas e acabamento.

### **3.13. PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS COMPLEMENTARES**

#### **3.13.1. EXECUÇÃO DE BASE OU SUB-BASE COM BRITA GRADUADA OU BICA CORRIDA**

Medido pelo volume de sub-base ou base acabada (m<sup>3</sup>).

Contempla o fornecimento, carga, descarga e transporte de todos os materiais exceto quando discriminados, que neste caso deverão ser contemplados com item pertinente. Inclui ainda seu espalhamento, regularização, compactação, acabamento, todos os equipamentos e mão de obra necessária à execução da base, inclusive toda mobilização e desmobilização necessárias.

#### **3.13.2. PINTURA DE LIGAÇÃO**

Medido pela área de superfície aplicada (m<sup>2</sup>).

Contempla todos os equipamentos necessários, mão de obra, fornecimento e aplicação da emulsão betuminosa ligante RR-1-C, inclusive suas perdas. Carga e transporte até o local da aplicação e toda mobilização e desmobilização necessária.

#### **3.13.3. IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA IMPERMEABILIZANTE**

Medido pela área de superfície aplicada (m<sup>2</sup>).

Contempla todos os equipamentos necessários, mão de obra, fornecimento e aplicação do asfalto diluído tipo CM-30, inclusive suas perdas. Carga e transporte até o local da aplicação e toda mobilização e desmobilização necessária.

#### **3.13.4. EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE)**

Medido pelo volume aplicado (m<sup>3</sup>).

Contempla todos os equipamentos necessários, mão de obra, fornecimento e aplicação da camada de rolamento composta por concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), inclusive suas perdas. Carga e transporte até o local da aplicação e toda mobilização e desmobilização necessária.

### **4. FORMA DE REMUNERAÇÃO**

- 4.1. Compreende-se por medição, a planilha com os custos dos serviços e quantitativos executados, onde deverão estar discriminados os trechos e as datas de execução dos serviços, com as fotos citadas no capítulo 9;
- 4.2. As medições serão mensais e deverão vir acompanhadas de cópia em mídia digital, ser protocoladas até o 5º dia útil do mês subsequente e endereçadas à FISCALIZAÇÃO/GESTÃO do contrato, assinada pelo responsável técnico, indicando o período, nº do processo e do contrato;
- 4.3. Deverão fazer parte da medição apenas os serviços executados em sua proporcionalidade, de acordo com as unidades de medição dos mesmos (m, m<sup>2</sup>, m<sup>3</sup>, un., etc.);
- 4.4. Os itens pertinentes ao "canteiro de obras" e "administração local", apesar de quantificados por mês, serão medidos proporcionalmente à execução financeira da obra, conforme Acórdão 2622/2013, do TCU - Plenário (Tribunal de Contas da União);



- 4.5. Para a conferência da medição, o DAE deverá conferir "in loco" todos os serviços relacionados pela CONTRATADA durante o mês, e verificado se os mesmos estão de acordo com os descritos na planilha de medição;
- 4.6. Caso seja encontrada alguma divergência na planilha de medição ou em seus anexos, a medição NÃO SERÁ LIBERADA até que tal irregularidade esteja sanada;
- 4.7. Caso haja alguma desconformidade em algum serviço medido, quer seja quanto à qualidade de execução ou em relação ao seu quantitativo, o mesmo será glosado e só será pago em medição futura, após atendimento à todas as exigências da FISCALIZAÇÃO/GESTÃO;
- 4.8. A medição só será liberada para pagamento se atender plenamente os requisitos expostos nos itens anteriores deste capítulo e após a liberação/aprovação das planilhas de medição pelo gestor do contrato;
- 4.9. A emissão da respectiva Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA ficará condicionada à liberação da Diretoria da Unidade Administrativa e Financeira, através de e-mail. A Nota Fiscal/Fatura deverá apresentar o nº do processo, nº do contrato e nº da medição com o mês de referência dos serviços.



## **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços objetos deste Termo de Referência deverão ser executados obedecendo rigorosamente a estas Especificações Técnicas. Para isso, a CONTRATADA deverá observar fielmente o processo executivo de cada etapa que compõe o serviço.

Os serviços deverão ser executados conforme a seguir:

- a. Sondagem das interferências no local;
- b. Sinalização do local;
- c. Demolição do pavimento asfáltico;
- d. Escavação da vala;
- e. Colocação de escoramento;
- f. Execução de furo direcional (MND).
- g. Assentamento da tubulação, conexões, peças e acessórios;
- h. Reaterro da vala;
- i. Recomposição do pavimento asfáltico;
- j. Cadastro do trecho executado.

### **2. SERVIÇOS GERAIS**

#### **2.1. SINALIZAÇÃO**

A sinalização do trânsito local para os serviços deverá obedecer às exigências legais municipais e às normas expedidas pelos órgãos de trânsito.

Esta compreenderá a montagem, manutenção e remoção de placas indicativas, cones de sinalização e cavaletes, dispositivos de sinalização e cavaletes, dispositivos refletivos e de iluminação de segurança para os serviços noturnos. Todos estes equipamentos deverão estar em quantidade compatível com a via onde será executado o serviço.

Para proteger as pessoas de acidentes e evitar danos em propriedades, deverão ser colocados e mantidos fechamentos adequados, lanternas de aviso e guarda quando necessário, durante todo o desenvolvimento do serviço até que o local esteja seguro para o tráfego. Quando requerido, deverão ser utilizados vigias munidos de bandeirolas de sinalização para a prevenção de acidentes.

#### **2.2. DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO**

Nos serviços a serem executados em vias com pavimento asfáltico, antes do início dos serviços de escavação, a área a ser escavada deve ser demarcada através do corte do pavimento com o auxílio da serra de disco tipo "Clipper". A remoção do pavimento deverá ser efetuada com a concha da retroescavadeira, com largura adequada à execução do serviço.

Caso o pavimento seja necessária a intervenção em pavimentos tipo paralelepípedo, bloquete ou mosaico português, os mesmos devem ser retirados manualmente e acondicionados em local apropriado para futura recomposição. Quando a demolição se situar no passeio, o piso deve ser quebrado por meio de marreta ou martelo, ficando completamente vetado o uso de retroescavadeira, tomando-se o cuidado de remover o mínimo necessário, de tal modo que preserve o máximo possível do calçamento original.



Em regra geral, no caso da remoção da pavimentação, além das instruções peculiares a cada caso, a serem dadas pela FISCALIZAÇÃO, deverá ser observado o seguinte:

- nos casos de materiais aproveitáveis estes serão retirados e acondicionados em locais adequados;
- quando houver a necessidade de remoção de guias, antes de sua recomposição, deverão ser limpas de massa de rejuntamento aderente;
- a largura máxima da faixa de pavimentação admissível, que inclusive deve estar prevista nos custos pela CONTRATADA serão iguais a:

- ▶ passeio: largura da escavação acrescida de 0,20 m;
- ▶ leito carroçável: largura da escavação acrescida de 0,30 m para paralelepípedo, bloco sextavado de concreto ou asfalto;

O DAE não efetuará o pagamento de adicionais referentes à largura da vala pavimentada.

- o entulho e os materiais não sujeitos a reaproveitamento de qualquer demolição ou remoção serão transportados pela CONTRATADA e descartados em bota-fora licenciados, às custas da mesma.

### **2.3. ESCAVAÇÃO**

A escavação de valas deverá respeitar a NBR 12266/1992 "Projeto e execução de valas para assentamento de tubulação de água esgoto ou drenagem urbana", e as especificações anteriormente citadas para Escavação em Geral.

As escavações realizadas no passeio serão obrigatoriamente manuais. Só será empregado o uso de retroescavadeira com autorização da FISCALIZAÇÃO.

Os equipamentos a serem utilizados deverão ser adequados aos tipos de escavação. Nas valas de profundidade até 4,00 m, com escavação mecânica serão utilizadas retroescavadeiras, podendo ser usada escavação manual no acerto final da vala. A escavação mecânica de valas de profundidade além de 4,00 m deverá ser feita com escavadeira hidráulica.

Ao iniciar a escavação, a CONTRATADA deverá ter feito pesquisa de interferências, para que não sejam danificados quaisquer tubos, caixas, postes ou outros elementos e/ou estruturas existentes que estejam na área atingida pela escavação ou próximos a esta. Se a escavação interferir nas galerias ou tubulações existentes, a CONTRATADA executará o escoramento e a sustentação destas. A CONTRATADA deverá manter livres as grelhas, tampões e bocas de lobo das redes dos serviços públicos, junto às valas, não devendo aqueles componentes ser danificados ou entupidos.

Mesmo autorizada à escavação, todos os danos causados a propriedades bem como a danificação ou remoção de pavimentos além das larguras especificadas, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

#### **2.3.1. LARGURA E PROFUNDIDADE DA VALA**

A largura da vala deverá ser em função da profundidade da mesma e ao tipo de escoramento a ser empregado, conforme a NBR 12266, da ABNT.

#### **2.3.2. REGULARIZAÇÃO DO FUNDO DA VALA**

Quando a escavação em terreno de boa qualidade tiver atingido a cota necessária, serão feitas a regularização e a limpeza do fundo da vala. Caso ocorra a presença de água, a escavação deverá ser ampliada para conter o lastro.



Essas operações só poderão ser executadas com a vala seca ou com a água do lençol freático totalmente deslocado para drenos laterais junto ao escoramento.

## **2.4. ATERROS**

### **2.4.1. GENERALIDADES**

Os aterros referem-se a todo material de boa qualidade, proveniente de cortes, empréstimos ou jazidas externas, em obediência a estas Especificações. Deve-se utilizar terra, sem pedras e materiais pontiagudos, do tipo A2, isentos de entulhos, óleos e graxas.

A execução dos aterros compreende, basicamente, as seguintes operações: descarga, espalhamento, umedecimento ou aeração e compactação dos materiais oriundos de cortes ou de empréstimos, desde o terreno limpo, até a cota final dos maciços.

### **2.4.2. MATERIAIS**

De maneira geral os solos que deverão constituir o maciço deverão se situar entre os de melhor qualidade, provenientes de cortes ou empréstimos.

Não deverão ser aceitos solos saturados, plásticos ou que apresentem em sua constituição vestígios orgânicos ou outros materiais considerados inadequados.

### **2.4.3. EQUIPAMENTOS**

Para a execução dos aterros, os equipamentos de compactação deverão ser compatíveis com as exigências técnicas destas Especificações. Poderão ser utilizados caminhões basculantes, retroescavadeiras, compactadores manuais do tipo "sapo" vibratório, etc..

### **2.4.4. COMPACTAÇÃO**

O solo deverá ser lançado e compactado em camadas de 20 cm. Somente após a compactação da primeira camada que deverá ser lançada a próxima e assim sucessivamente. O grau de compactação será maior ou igual a 95 (noventa e cinco) % do ensaio de proctor normal.

### **2.4.5. ATERRO E RECOBRIMENTO ESPECIAL DE VALAS, POÇOS E CAVAS**

O aterro das valas será processado após a realização dos testes de estanqueidade e até o restabelecimento dos níveis anteriores das superfícies originais. Deverá ser executado de modo a oferecer condições de segurança às estruturas e tubulação e bom acabamento da superfície.

O aterro deverá também ser desenvolvido em paralelo com a remoção de escoramentos.

Não será permitida a compactação de valas, cavas e poços com pneus de retroescavadeiras, caminhões, etc.

No caso de o material proveniente da escavação não se prestar para execução do aterro, deverá ser utilizado material adequado, importado do empréstimo. Após a execução do aterro, todo material proveniente da escavação que não houver sido utilizado deverá ser removido ao bota-fora.

De qualquer forma, os serviços de aterro só poderão ser iniciados após autorização e de acordo com indicação da FISCALIZAÇÃO.

### **2.4.6. CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA**





A escolha do equipamento para carregamento, transporte e descarga dos materiais escavados, em bota-fora ou em outra área indicada pela FISCALIZAÇÃO, ficará a critério da CONTRATADA e terá sido definido no plano de escavação.

Durante a execução dos serviços poderá a FISCALIZAÇÃO exigir a remoção e/ou substituição de qualquer equipamento que não corresponda aos valores de produção indicado no plano de escavação, ou seja, por qualquer motivo insatisfatório.

Na medida do possível será sempre programado o uso do material resultante das escavações, imediatamente após sua remoção. Caso não seja isto possível, deverá a CONTRATADA preparar um local para estocá-los, conforme aprovação e indicações da FISCALIZAÇÃO.

As pilhas de estoque deverão ser localizadas de maneira que necessitem um mínimo de transporte para os lugares onde os materiais serão aproveitados, sem interferir, porém, com o andamento da obra. O equipamento de transporte, os caminhos e distâncias de transporte e forma de carregamento devem ser estudados pela CONTRATADA e aprovados pela FISCALIZAÇÃO.

A acumulação nos estoques será feita por métodos que evitem a segregação de materiais ou sua contaminação, a critério da FISCALIZAÇÃO.

Somente quando aprovado pela FISCALIZAÇÃO os materiais escavados em áreas diferentes, que tenham características idênticas, a seu critério, poderão ser estocados na mesma pilha. Na conclusão dos trabalhos, se ainda sobrar material nos estoques, a critério da FISCALIZAÇÃO, as sobras levadas pela CONTRATADA para os bota-foras já existentes. Os materiais resultantes das escavações, inadequados para uso nas obras, a critério da FISCALIZAÇÃO, serão depositados em bota-fora.

A CONTRATADA tomará todas as precauções necessárias para que o material em estoque não venha a causar danos às áreas e/ou obras circunvizinhas, por deslizamentos, erosão, etc. Para tanto, deverá a CONTRATADA manter as áreas convenientemente drenadas, a qualquer tempo, a critério da FISCALIZAÇÃO.

Na conclusão dos trabalhos as superfícies deverão apresentar bom aspecto, estar limpas, convenientemente drenadas e em boa ordem.

Por instrução da FISCALIZAÇÃO, os materiais em estoque poderão ser usados a qualquer momento.

## **2.5. ESCORAMENTO**

As valas com profundidades superiores a 1,25 m devem obrigatoriamente ser escoradas conforme item 18.6.5, da Norma Regulamentadora n.º 18 - NR-18, da Portaria n.º 3.214/78 do Ministério do Trabalho, com redação dada pela Portaria n.º 4 de 04/07/95 ou abertas em ângulo de 45° em relação ao fundo de cada lado.

Será utilizado sempre que as paredes laterais de cavas, poços e valas, forem constituídas de solos possíveis de desmoronamentos bem como nos casos em que, devido aos serviços de escavação, sejam constatados a possibilidade de alteração da estabilidade do que estiver próximo à região dos serviços.

Os tipos de escoramento utilizados deverão ser de acordo com o tipo de solo e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.



Na execução de escoramentos deverão ser utilizadas madeiras certificadas, acompanhada de documentação comprobatória.

Em valas profundas, a estrutura de escoramento poderá servir de suporte às plataformas para colocação de terra escavada. Neste caso, devem-se tomar cuidados especiais para evitar desabamentos, em virtude do peso adicional.

Se por algum motivo o escoramento tiver que ser deixado definitivamente na vala, deverá ser retirado da cortina de escoramento numa faixa de aproximadamente 0,90 m abaixo do nível do pavimento, ou da superfície existente.

Poderão, a critério da FISCALIZAÇÃO, serem utilizados os tipos de escoramentos a seguir:

- Escoramentos em madeira: que podem ser por pontaleamento, descontínuo, contínuo e especial.
- Escoramento metálico – madeira.

### **2.5.1 – CUIDADOS ESPECIAIS**

Todo cuidado deve ser tomado na colocação das estroncas para que as mesmas fiquem perpendiculares aos planos do escoramento.

Para se evitar sobrecarga no escoramento, o material escavado será colocado a uma distância da vala equivalente ao mínimo, à sua profundidade.

Para se evitar a percolação de água pluvial para dentro da vala, a CONTRATADA deverá no aparecimento de trincas laterais à vala, providenciar a vedação das mesmas.

Sempre que forem encontrados distribuidores de água no eixo da vala, os mesmos deverão ser escorados com pontaletes junto às bolsas, no máximo de dois em dois metros, antes do aterro da vala.

### **2.5.2. REMOÇÃO DE ESCORAMENTO**

O plano de retirada das peças deverá ser objeto de programa previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

A remoção da cortina de madeira deverá ser executada à medida que avance o aterro e compactação, com a retirada progressiva das cunhas.

Atingido o nível inferior da última camada de estroncas, serão afrouxadas e removidas as peças de contraventamento (estroncas e longarinas), bem como os elementos auxiliares de fixação, tais como: cunhas, consolos e travamentos. Da mesma forma e sucessivamente, serão retiradas as demais camadas de contraventamento.

As estacas e os elementos verticais de escoramentos serão removidos com a utilização de dispositivos hidráulicos e mecânicos, com ou sem vibração, e retirados com o auxílio de guindastes, logo que o aterro atinja um nível suficiente, segundo o estabelecido no plano de retirada.

Os furos deixados no terreno, pela retirada de montantes ou estacas deverão ser preenchidos com areia e compactados por vibração ou por percolação de água.

## **2.6. ESGOTAMENTO**

### **2.6.1. ESGOTAMENTO POR BOMBAS SUBMERSÍVEIS**

Sempre que se fizer necessário, deverá se proceder ao esgotamento de águas, a fim de que seja permitida a execução dos trabalhos.



Quando houver necessidade de pequenos rebaixamentos ou quando a escavação atingir o lençol de água, fato que poderá criar obstáculos à perfeita execução da obra dever-se-á ter o cuidado de manter o fundo das cavas permanentemente drenadas, impedindo-se que a água se acumule no interior das mesmas. O bombeamento deve prolongar-se até que seja procedido o reaterro.

A água retirada deverá ser encaminhada para a galeria de águas pluviais ou vala mais próxima, por meio de calhas ou condutos, a fim de evitar o alagamento das superfícies vizinhas ao local de trabalho.

A CONTRATADA tem por obrigação prever e evitar irregularidade das operações de esgotamento, controlando e inspecionando o equipamento continuamente. Eventuais anomalias deverão ser eliminadas imediatamente.

A CONTRATADA deverá dispor de equipamentos suficientes para que o sistema de esgotamento permita a realização dos trabalhos a seco.

## **2.7. TESTES**

Antes da execução do aterro da vala serão realizados testes para verificação da montagem das peças e conexões.

Os reparos e substituição necessários deverão ser realizados imediatamente.

## **2.8. CADASTRO**

Todo serviço executado pela CONTRATADA deverá ser devidamente cadastrado, através do preenchimento correto da ordem de serviço, informando todos os campos pertinentes e através da entrega do "as built" e relatório de solda.

Para a realização eficaz do mesmo, cada equipe da CONTRATADA deverá dispor de pelo menos, trena, caneta e prancheta.

O cadastro deverá obedecer ao disposto no item 8.18 do Termo de Referência.

## **2.9. PAVIMENTAÇÃO**

A CONTRATADA deverá providenciar as diversas reposições, reconstruções ou reparos de qualquer natureza, de modo a tornar o executado igual ao que foi removido, demolido ou rompido. Na recomposição de qualquer pavimento, seja no passeio ou leito carroçável, deverão ser obedecidos o tipo, as dimensões e a qualidade do pavimento existente.

A recomposição do pavimento implica a execução de todos os trabalhos correlatos e afins, tais como recolocação de meios-fios, tampões, bocas de lobo e outros, eventualmente demolidos ou removidos para a execução dos serviços.

O pavimento, depois de concluído, deverá estar perfeitamente conformado ao greide e seção transversal do pavimento existente. Não serão admitidas irregularidades ou saliências a pretexto de compensar futuros abatimentos. As emendas do pavimento reposto com o pavimento existente deverão apresentar perfeito aspecto de continuidade. Se for o caso, deverão ser feitas tantas reposições forem necessárias, sem ônus adicionais ao DAE, até que não haja mais abatimentos na pavimentação.

A recomposição do pavimento asfáltico deverá obedecer às especificações técnicas exigidas pela NBR 9061/85, NR 18, NR 33 e as especificações da Prefeitura Municipal de Americana.

1. Os serviços de recomposição de pavimentação asfáltica consistem em:



2. Demarcação da área afetada, até os limites de trincas, fissuras, e/ou superfícies soltas;
3. Demolição da pavimentação existente (composta de revestimento flexível betuminoso), até o limite da área demarcada, com equipamento específico (multicorte), com profundidade suficiente para substituição do solo afetado e remoção do material residual (entulho). O material deverá ser descartado através de caminhão basculante, em 'bota-fora' reconhecido e autorizado pela PMA (Prefeitura Municipal de Americana);
4. O preparo da base com brita graduada e bica corrida que deverá ter espessura média de 10 (dez) e 5 (cinco) centímetros, respectivamente;
5. Aplicação de pintura com emulsão asfáltica RR-1C;
6. Aplicação de massa asfáltica 'a quente' (CBUQ), com espessura média de 5 cm, faixa C, conforme normas do D.E.R.;
7. Compactação da capa de rolamento com equipamento atendendo às especificações e normas de execução do tipo 'TANDEM' (rolo liso vibratório). Nesta etapa é vedada a utilização de compactador de placa vibratória;

As condições mínimas para aceitação e recebimento dos serviços serão:

- O reparo deverá possuir a forma de uma figura regular e seu lado formar ângulo reto;
- A superfície do reparo deverá apresentar-se nivelada e sem defeitos, trincas ou irregularidades superficiais;

Quanto à execução da recomposição dos passeios, deverão ser observadas as seguintes etapas:

- a. Demarcação da área afetada, até os limites de trincas, fissuras, e/ou superfícies soltas;
- b. Quando houver necessidade de remoção de guias, a operação será realizada até o ponto de concordância com logradouros adjacentes. Antes de sua arrumação deverão ser limpos de eventuais resíduos de massa de rejuntamento;
- c. Nos passeios em terra, com revestimento de cascalho, brita ou pedregulho, o revestimento deverá ser repostado com espessura igual à do pavimento existente, compactado e regularizado com equipamentos adequados;
- d. Antes de recomposta, a vala deverá ser regularizada, mecânica ou manualmente, constituindo em serviço de corte ou aterro, carga e transporte que se fizerem necessários, assim como a substituição dos materiais instáveis por materiais adequados.

## **2.10. ASSENTAMENTO DE TUBULAÇÃO**

Na execução dos serviços deverão ser observadas, além destas especificações, as instruções dos fabricantes, normas da ABNT, normas regulamentadoras (NRs) e outras aplicáveis.

Visto que a maioria destes serviços serão executados em áreas públicas, deverão ser observados os aspectos relativos à segurança dos transeuntes e veículos, bem como os locais de trabalho deverão ser sinalizados, de modo a preservar a integridade dos próprios operários e equipamentos utilizados.

Deverão ser definidos e mantidos acessos alternativos, evitando-se a total obstrução de passagem de pedestres e/ou de veículos.



O assentamento da tubulação deverá seguir paralelamente à abertura da vala.

Sempre que o trabalho for interrompido, o último tubo assentado deverá ser tamponado, a fim de evitar a entrada de elementos estranhos.

A descida dos tubos na vala deverá ser feita cuidadosamente, manualmente ou com o auxílio de equipamentos mecânicos. Os tubos deverão estar limpos, desimpedidos internamente e sem defeitos. Cuidado especial deverá ser tomado com as partes de conexões (ponta, flanges, etc.), contra possíveis danos na utilização de cabos e/ou tesouras.

Deverá ser observada a existência ou não de solos agressivos à tubulação e às dimensões mínimas e máximas de largura das valas e recobrimentos definidos pelo projeto e pela Fiscalização.

No fundo da vala, será executado um berço de areia, a fim de que a tubulação se assente em todo o seu comprimento.

Os tubos deverão ser assentados alinhados. No caso de deflexões verticais e horizontais no ponto de conexão dos tubos, deverão ser respeitadas as tolerâncias admitidas pelo fabricante.

#### **2.10.1. SOLDA POR TERMOFUSÃO – TUBULAÇÃO EM PEAD**

A solda realizada pelo método da termofusão acontece no “topo” do próprio tubo ou conexão sem a utilização de luvas e inclui quatro etapas: preparação, aquecimento (fusão), solda e resfriamento.

##### **a. Preparação:**

- Alinhamento dos tubos/conexões;
- Limpeza das superfícies de solda;
- Verificação do perfeito paralelismo entre as partes a serem soldadas;
- Medição da pressão de arraste.

##### **b. Aquecimento (fusão):**

- Pré-aquecimento com pressão elevada para assegurar que as superfícies de solda estejam totalmente em contato com a placa de aquecimento;
- O aquecimento com baixas pressões, praticamente zero, e por tempo correlacionado com a superfície de solda, para que o material atinja a temperatura de fusão apropriada.

##### **c. Solda**

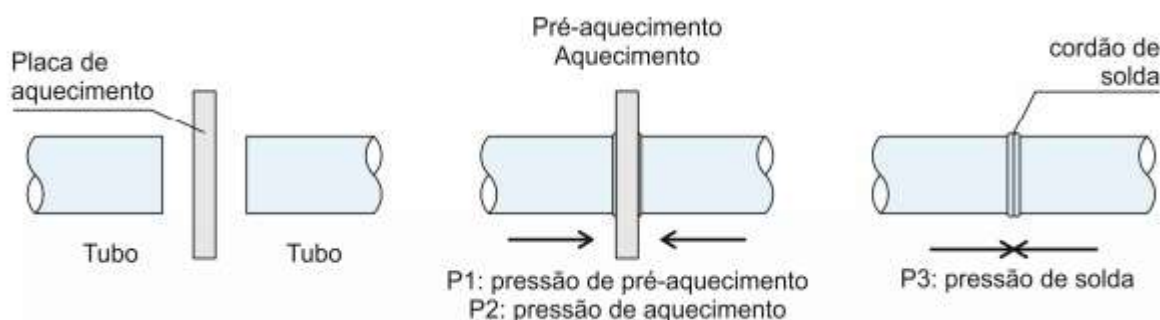
- Compressão das superfícies de solda fundidas, para que ocorra a penetração e a interligação molecular das duas partes;
- A pressão de solda deve ser mantida até que a temperatura caia abaixo da temperatura de fusão do material.

##### **d. Resfriamento**

- Resfriamento durante a solda, com pressão elevada;
- Resfriamento após a solda. Alguns procedimentos, como a DVS 2207, recomendam manter a pressão de solda ainda nesta fase, outros recomendam zerar a pressão, mas sempre mantendo o conjunto imóvel até o fim do ciclo de cristalização do material (<110°C para PE e <150°C para PP);
- Resfriamento para aplicar carga e pressão. Pode ser executado já com as partes soldadas fora da máquina de solda, e já podem ser movimentadas, entretanto, somente deve ser aplicada pressão após a superfície de solda atingir a temperatura ambiente.







### 2.10.2. ASSENTAMENTO DE TUBULAÇÃO EM PVC RÍGIDO, JUNTA ELÁSTICA

Para sua montagem observar os seguintes procedimentos:

- Limpar cuidadosamente com estopa o interior da bolsa onde encontra-se alojado o anel de borracha e o exterior da ponta;
- Aplicar o lubrificante recomendado pelo fabricante no anel de vedação e na superfície externa da ponta. É vedado o uso de óleo mineral ou graxa;
- Centrar convenientemente a ponta e introduzi-la a uma distância máxima de 10 mm do fundo da bolsa, mantendo o alinhamento e nivelamento do tubo;
- Em caso de corte na tubulação, o chanfro deve ser recomposto de acordo com as normas do fabricante;
- Não é permitida a confecção de curvas e bolsas no campo;
- Travar o tubo ou conexão assentado, de maneira a evitar o seu deslocamento, quando do assentamento dos próximos.

### 2.11. MÉTODO NÃO DESTRUTIVO – FURO DIRECIONAL

A linha será composta por canalizações em PEAD-PE100-PN12,5 com diâmetro externo Ø 500 mm e será interligada nos poços de acesso/serviço, construídos nas estacas E0 e E14 do projeto, por onde o equipamento terá acesso à perfuração e conseqüente arraste do tubo. Posteriormente, um desses poços de acesso/serviço serão adaptados em caixa de proteção para registro, conforme padrões do DAE.

As caixas de proteção para registro terão diâmetro interno mínimo de 1,00 m (um metro), serão construídos com anéis e peças pré-moldadas de concreto, dotados com tampão de ferro fundido diâmetro 600 mm, Classe D400, travados, executados conforme a norma ABNT NBR 10.160, com a inscrição DAE AMERICANA ÁGUA.

A linha será executada por **Método Não-Destrutivo**, através de perfuração direcional monitorada não-destrutiva, com aplicação de canalização única com tubos soldados em PEAD-PE100-PN10 com diâmetros externos de 500 mm, sendo esta executada com equipamento que perfurará um microtúnel, que terá o diâmetro externo do tubo, por onde o mesmo será arrastado, de um PV a outro.

Na ocasião da execução da travessia, cabe à CONTRATADA:

- Fornecimento cadastral das interferências existentes;
- Locação dos eixos das travessias;
- Preparo da área de trabalho (limpeza e abertura de poços necessários);
- Liberação para execução do serviço junto aos órgãos competentes (Autorizações);
- Fornecimento de água junto ao local da execução dos serviços;
- Obras Civas e abertura dos poços de serviço/acesso;
- Construção dos poços de visita;
- Fornecimento da Tubulação em PEAD;
- Execução de solda da tubulação por processo de termofusão.





**2.12. TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO DE TUBOS E PEÇAS**

Os tubos e peças a serem fornecidos pela CONTRATADA deverão ser armazenados em depósitos dentro do canteiro de obras ou, a critério da Fiscalização, em dispositivos ao longo do caminhamento das valas. A carga e descarga deverão ser efetuadas com os devidos cuidados, evitando-se choques, rolamento e, sempre que necessário, utilizando-se meios mecânicos.

**2.13. LIMPEZA**

Durante todo o tempo de execução dos serviços, o local deve ser mantido limpo e depois de concluído todo o serviço de recomposição do pavimento deve ser efetuado a limpeza final e todo o entulho removido do local. Em seguida o cliente deve ser comunicado do término dos serviços.

**2.14. MATERIAIS**

**2.14.1. TUBULAÇÃO**

Será empregado o tubo de polietileno de alta densidade (PEAD) PE100, SDR 13, PN12,5, com diâmetro externo 500 mm, de acordo com especificações dos projetos. Deverão ser fabricados de acordo com a NBR 15.561 e fornecidos em barra de, pelo menos 12 (doze) metros.

***Este Termo de Referência, Critérios de Medição e Especificações Técnicas fazem parte integrante do CONTRATO celebrado entre o DAE e a CONTRATADA.***

Engº Civil JOSÉ TADEU CUNHA  
Diretor da Unidade Técnica  
CREA/SP 060.062.549-2

Téc. Em Edif. VANESSA M. DE C. FARIA  
Seção de Orçamento e Planejamento  
CRT/SP 260.337.575-0



**ANEXO A**  
**Planta Baixa**

**ARQUIVO DISPONIBILIZADO A PARTE**



**ANEXO B**


**Detalhes dos nós e Lista de Materiais**  
**ARQUIVO DISPONIBILIZADO A PARTE**



## ANEXO II

### PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

Data: 14/03/2023



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE AMERICANA**

**Orçamento Sintético Global**

**SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DE SUBADUTORA DE ÁGUA TRATADA SA-2 (ETA -**

**Rua Carlos Gomes, Centro**

REFERÊNCIA: SINAPI JAN/23; PINI JAN/23; SABESP JAN/23; CDHU BOLETIM 188

L.S.: 85,56% | BDI: 26,98% (OBRAS CIVIS) E 20,25% (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)

ITEM	CÓDIGO/FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.	PREÇO UNIT. S/BDI (R\$)	PREÇO UNIT. C/BDI (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
<b>1</b>	<b>CANTEIRO DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>						
<b>1.1</b>	<b>MANUTENÇÃO DO CANTEIRO</b>						
1.1.2	COMP. 01	CANTEIRO DE OBRAS E MANUTENÇÃO MENSAL	MÊS	3,00	3.833,69	4.868,02	<b>14.604,05</b>
1.1.2	02.01.180 CDHU	BANHEIRO QUÍMICO MODELO STANDARD, COM MANUTENÇÃO CONFORME EXIGÊNCIAS DA CESTESB	MES	3,00	913,43	1.159,87	<b>3.479,62</b>
<b>1.2</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>						
1.2.1	SINAPI 90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO	H	60,00	109,82	139,45	<b>8.366,97</b>
<b>1.3</b>	<b>PLACA DA OBRA</b>						
1.3.1	02.08.050 CDHU	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE OBRAS	M2	6,00	175,43	222,76	<b>1.336,57</b>
<b>SUBTOTAL (Etapa):</b>							<b>27.787,21</b>
<b>2</b>	<b>SERVIÇOS INICIAIS</b>						
<b>2.1</b>	<b>LOCAÇÃO DA OBRA</b>						
2.1.1	SABESP 70010002	LOCAÇÃO DE REDES DE ÁGUA OU DE ESGOTO	M	300,00	0,96	1,22	<b>365,70</b>
<b>2.2</b>	<b>SINALIZAÇÃO</b>						
2.2.1	70020001 SABESP	SINALIZAÇÃO LUMINOSA PARA OBRAS	M	40,00	3,82	4,85	<b>194,03</b>
<b>2.3</b>	<b>DEMOLICOES E RETIRADAS</b>						
2.3.1	97636 SINAPI	DEMOLIÇÃO PARCIAL DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M2	18,00	18,72	23,77	<b>427,87</b>
<b>2.4</b>	<b>CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE ENTULHO</b>						
2.4.1	100981 SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE	M3	2,34	8,95	11,36	<b>26,59</b>
2.4.2	97914 SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_01/2018	M3XKM	46,80	2,82	3,58	<b>167,58</b>
2.4.3	05.09.006 CDHU	TAXA DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUO SÓLIDO EM ATERRO	T	2,81	41,65	52,89	<b>148,51</b>
<b>SUBTOTAL (Etapa):</b>							<b>1.330,28</b>
<b>3</b>	<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>						
<b>3.1</b>	<b>ESCAVACOES, CARGAS E TRANSPORTES</b>						
3.1.1	70030060 SABESP	ESCAVAÇÃO EM QUALQUER TERRENO, EXCETO ROCHA, PROF. DE 1,25 A 3,00 M (A)	M3	74,25	12,77	16,22	<b>1.203,99</b>
<b>3.2</b>	<b>CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE MATERIAL ESCAVADO</b>						
3.2.1	100993 SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM ESCAV. / 155 HP) E DESCARGA LIVRE	T	118,80	4,87	6,18	<b>734,65</b>
3.2.2	97914 SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_01/2018	M3XKM	1.113,75	2,82	3,58	<b>3.988,16</b>



<b>3.3</b>	<b>TROCA DE SOLO</b>						
3.3.1	6081 SINAPI	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REA TERRO (COM TRANSPORTE ATE 10 KM)	M3	69,73	51,12	64,91	<b>4.526,33</b>
3.3.2	100993 SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M <sup>3</sup> - CARGA COM ESCAV/ 155 HP) E DESCARGA LIVRE	T	111,57	4,87	6,18	<b>689,93</b>
<b>3.4</b>	<b>ATERRO E COMPACTACAO</b>						
3.4.1	70030019 SABESP	ATERRO DE VALAS, POÇOS E CAVAS COMPACTADO MECANICAMENTE, SEM CONTROLE DO G.C. (A)	M3	69,73	8,30	10,54	<b>734,91</b>
<b>SUBTOTAL (Etapa):</b>							<b>11.877,97</b>
<b>4</b>	<b>DRENAGEM E OBRAS DE CONTENÇÃO</b>						
<b>4.1</b>	<b>ESCORAMENTOS</b>						
4.1.1	70040002 SABESP	ESCORAMENTO DESCONTÍNUO (A)	M2	84,00	24,74	31,41	<b>2.638,85</b>
<b>4.2</b>	<b>ESGOTAMENTO</b>						
4.2.1	7042 SINAPI	MOTOBOMBA TRASH (PARA ÁGUA SUJA) AUTO ESCORVANTE, MOTOR GASOLINA DE 6,41 HP, DIÂMETROS DE SUÇÃO X RECALQUE: 3" X 3", HM/Q = 10 MCA / 60 M3/H A 23 MCA / 0 M3/H - CHP DIURNO. AF_10/2014	H	120,00	22,14	28,11	<b>3.373,60</b>
<b>4.3</b>	<b>CONTENÇÃO DE FUNDO DE VALA</b>						
4.3.1	100322 SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.3)	M3	3,00	110,95	140,88	<b>422,65</b>
4.3.2	PINI 02.005.000018. SER	SOLO CIMENTO ENSACADO PARA CONTENÇÃO DE FUNDO E VALAS (RIP-RAP)	M3	7,50	511,62	649,66	<b>4.872,41</b>
<b>SUBTOTAL (Etapa):</b>							<b>11.307,51</b>
<b>5</b>	<b>SERVICOS COMPLEMENTARES EXTERNOS</b>						
<b>5.1</b>	<b>RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO</b>						
5.1.1	30.005.000.006. SER PINI	CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE PARA APLICAÇÃO EM PAVIMENTAÇÃO - PREPARO E APLICAÇÃO	M3	0,54	1.339,76	1.701,23	<b>918,66</b>
5.1.2	30.005.000003. SER PINI	IMPRIMAÇÃO LIGANTE BETUMINOSA PARA PAVIMENTAÇÃO	M2	18,00	5,60	7,11	<b>128,00</b>
5.1.3	30.005.000004. SER PINI	IMPRIMAÇÃO IMPERMEABILIZANTE BETUMINOSA PARA PAVIMENTAÇÃO	M2	18,00	9,58	12,16	<b>218,96</b>
5.1.4	54.01.220 CDHU	BASE DE BICA CORRIDA	M3	1,80	200,50	254,59	<b>458,27</b>
<b>SUBTOTAL (Etapa):</b>							<b>1.723,89</b>
<b>6</b>	<b>REDES, CONEXÕES E ACESSÓRIOS</b>						
<b>6.1</b>	<b>REDES EM PEAD</b>						
6.1.1	COTAÇÃO	TUBO PEAD PE100 PN12,5 SDR13 DE 500 MM APLICAÇÃO ÁGUA	M	300,00	1.195,85	1.438,01	<b>431.402,89</b>
<b>6.2</b>	<b>CONEXÕES EM PEAD</b>						
6.2.1	COTAÇÃO	CURVA 45° PEAD PE100 PN16 SDR11 DE 500 MM APLICAÇÃO ÁGUA	UN.	4,00	12.417,45	14.931,98	<b>59.727,93</b>
6.2.2	COTAÇÃO	COLARINHO PEAD PE100 PN16 SDR11 DE 500 MM APLICAÇÃO ÁGUA	UN.	6,00	2.561,63	3.080,36	<b>18.482,16</b>
<b>6.3</b>	<b>FLANGES AVULSOS</b>						
6.3.1	HM06359 SABESP	FLANGE SEM RESSALTO AÇO CARBONO DE=500 MM NBR 7675 PN 10 P/COLARINHO PEAD	UN.	6,00	1.466,09	1.762,97	<b>10.577,84</b>
<b>6.4</b>	<b>ACESSÓRIOS</b>						
6.4.1	HM01301 SABESP	ACESSÓRIOS PARA JUNTA FLANGEADA (PARAFUSOS COM PORCAS E ARRUELA DE BORRACHA) DN 400 MM	UN	6,00	2.337,80	2.811,20	<b>16.867,23</b>





<b>6.5</b>	<b>CONEXÕES EM FERRO FUNDIDO</b>						
6.5.1	HM03508 SABESP	TOCO PONTA-FLANGE PN10 FERRO FUNDIDO DN=500 MM L=500 MM * (156,00 KG) PINTURA BETUMINOSA, ACESSÓRIOS NÃO INCLUSOS NBR 7675 ÁGUA	UN	2,00	4.107,56	4.939,34	<b>9.878,68</b>
6.5.2	HM03224 SABESP	LUA DE CORRER COM BOLSAS JUNTA MECÂNICA FERRO FUNDIDO DN=400 MM * (133,50 KG) PINTURA BETUMINOSA C/ACESSÓRIOS INCLUSOS NBR 7675 ÁGUA	UN	2,00	3.734,34	4.490,54	<b>8.981,09</b>
<b>6.6</b>	<b>REGISTROS E VÁLVULAS</b>						
6.6.1	HM07076 SABESP	VÁLVULA GAVETA C/FLANGES PN10 FERRO FUNDIDO DN=400 MM (290,00 KG), ACION. CABEÇOTE, CUNHA DE BORRACHA, MÉTRICA CHATA, PINTURA EPÓXI EM PÓ NBR 14968 ÁGUA/ESGOTO	UN	2,00	16.424,32	19.750,24	<b>39.500,49</b>
<b>6.7</b>	<b>ASSENTAMENTO DE PEÇAS EM FERRO FUNDIDO</b>						
6.7.1	70140023 SABESP	TUBOS E CONEXÕES METÁLICOS FLANGEADOS - MONTAGEM	KG	892,00	2,34	2,97	<b>2.650,43</b>
<b>6.8</b>	<b>LASTROS PARA ASSENTAMENTO</b>						
6.8.2	70070065 SABESP	LASTRO, LAJE E BERÇO P/ ASSENTAM. DE TUBOS E PEÇAS, DIÂM. 500MM (A)	M	20,00	321,55	408,30	<b>8.166,08</b>
<b>6.9</b>	<b>CAIXAS DE REGISTRO</b>						
6.9.1	COMP. 02	CAIXA PARA PROTEÇÃO PARA REGISTRO, INCLUSIVE TAMPÃO	UN	1,00	1.542,81	1.959,06	<b>1.959,06</b>
<b>SUBTOTAL (Etapa):</b>							<b>608.193,88</b>
<b>7</b>	<b>MÉTODO NÃO DESTRUTIVO</b>						
<b>7.1</b>	<b>PERFURAÇÃO DIRECIONAL</b>						
7.1.1	COTAÇÃO	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PESSOAL	UN	1,00	24.000,00	30.475,20	<b>30.475,20</b>
7.1.2	COTAÇÃO	EXECUÇÃO DE PERFURAÇÃO DIRECIONAL POR MÉTODO NÃO-DESTRUTIVO E INSTALAÇÃO DE TUBO PEAD DE 500 MM	M	280,00	1.050,00	1.333,29	<b>373.321,20</b>
<b>SUBTOTAL (Etapa):</b>							<b>403.796,40</b>
<b>8</b>	<b>CADASTROS</b>						
<b>8.1</b>	<b>CADASTROS DE REDES</b>						
8.1.1	70010005 SABESP	CADASTRO DE REDES GEORREFERENCIADO COM GNSS RTK	M	300,00	2,75	3,49	<b>1.047,59</b>
<b>SUBTOTAL (Etapa):</b>							<b>1.047,59</b>
<b>TOTAL GERAL:</b>							<b>1.067.064,73</b>

Téc. em Edif. VANESSA M. DE C. FARIA  
Seção de Orçamento e Planejamento  
CRT/SP 260.337.575-0





**ANEXO III**  
**CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**

	<b>DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE AMERICANA</b> <b>SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DE SUBADUTORA DE ÁGUA TRATADA SA-2 (ETA - CENTRO)</b> <b>Cronograma Físico-Financeiro</b> <small>REFERÊNCIA: SINAPI JAN/23; PINI JAN/23; SABESP JAN/23; CDHU BOLETIM 188</small>	
---	---	---

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DE ATIVIDADES	VALORES (R\$)	A Realizar R\$ - Meses						TOTAL (R\$)
			MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3				
1	CANTEIRO DE OBRAS E ADMINISTRAÇÃO LOCAL	27.787,21	9.262,40	9.262,40	9.262,40				27.787,21
2	SERVIÇOS INICIAIS	1.330,28	443,43	443,43	443,43				1.330,28
3	MOVIMENTO DE TERRA	11.877,97	3.959,32	3.959,32	3.959,32				11.877,97
4	DRENAGEM E OBRAS DE CONTENÇÃO	11.307,51	3.769,17	3.769,17	3.769,17				11.307,51
5	SERVIÇOS COMPLEMENTARES EXTERNOS	1.723,89			1.723,89				1.723,89
6	REDES, CONEXÕES E ACESSÓRIOS	608.193,88	202.731,29	202.731,29	202.731,29				608.193,88
7	MÉTODO NÃO DESTRUTIVO	403.796,40			403.796,40				403.796,40
8	CADASTROS	1.047,59			1.047,59				1.047,59
<b>TOTAIS EM R\$</b>		<b>1.067.064,73</b>	220.165,62	220.165,62	626.733,50				<b>1.067.064,73</b>
<b>TOTAIS EM %</b>			20,63%	20,63%	58,73%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%



**ANEXO IV DO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/23**  
**PROPOSTA COMERCIAL COM PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

**DAE - AMERICANA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

Rua Dos Estudantes, nº 333 – Bairro Cordenonsi – CEP 13.472-510 - Americana – SP.

**Referência: Concorrência Pública nº 03/23 – Processo Administrativo nº 264/23**

**Objeto: Contratação de empresa de engenharia civil, objetivando a execução de substituição parcial da subadutora de água tratada SA-02 (ETA - CR02), no trecho localizado na Rua Carlos Gomes, Centro, pelo Método Não-Destrutivo HDD 500 mm, incluindo DEMOLIÇÃO, ESCAVAÇÃO, REATERRO, PERFURAÇÃO DIRECIONAL POR MÉTODO NÃO DESTRUTIVO, RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS CORRELATOS., de acordo com as especificações constantes no termo de referencia.**

**PROPOSTA COMERCIAL**

**PREZADOS SENHORES:**

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vs. Sas., nossa Proposta Comercial relativa à licitação em referência, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na sua preparação.

Os preços a serem considerados para fins de licitação e contrato são os constantes das Planilhas Orçamentárias em anexo.

Da aplicação dos preços ofertados às quantidades constantes da Planilha fornecida pelo DAE, resulta o valor de nossa proposta de R\$..... (valor por extenso), conforme Planilha de Serviços anexa a esta Proposta.

- Prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, a contar da data de abertura dos envelopes nº1 Habilitação e nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL, salvo manifestação em contrário, de nossa parte, lavrada em tempo hábil.

**DADOS PARA ELABORAÇÃO DE EVENTUAL CONTRATO:**

Da Empresa	Do responsável pela assinatura do contrato
<ul style="list-style-type: none"><li>• Nome e endereço completo</li><li>• Filial representante (se houver)</li><li>• CNPJ</li><li>• Inscrição Estadual</li><li>• Telex- Telefone - FAX</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Nome</li><li>• Nacionalidade</li><li>• Estado Civil</li><li>• Profissão</li><li>• Residência e domicílio</li><li>• CIRGnº (nº e órgão expedidor)</li><li>• CPF</li></ul>

CARIMBO, NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL, CPF E RG



**ANEXO V DO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/23**  
**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº XX/23**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 264/23**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/23**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO E A EMPRESA ....., TENDO COMO OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DA SUBADUTORA DE ÁGUA TRATADA SA-02 (ETA - CR02), NO TRECHO LOCALIZADO NA RUA CARLOS GOMES, CENTRO, PELO MÉTODO NÃO-DESTRUTIVO HDD 500 MM, INCLUINDO DEMOLIÇÃO, ESCAVAÇÃO, REATERRO, PERFURAÇÃO DIRECIONAL POR MÉTODO NÃO DESTRUTIVO, RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS CORRELATOS., DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERENCIA.**

**DAE: DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**, autarquia municipal, com sede à Rua dos Estudantes, 333, nesta cidade de Americana/SP., inscrito no CNPJ/MF sob nº 46.755.690/0001-90, daqui em diante designado simplesmente **DAE**, neste ato representado pelo seu Superintendente **Sr. ....**, RG/SSP/SP nº ..... e CPF nº ....., doravante denominado **DAE**.

**CONTRATADA:** ....., sediada à Rua ..... nº ....., Bairro ....., em ....., Estado de ....., com CNPJ nº ....., daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, representada pelo Sr. ...., RG nº .....e CPF nº .....

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato a prestação, pela **CONTRATADA** de serviços para a execução de substituição parcial da subadutora de água tratada SA-02 (ETA - CR02), no trecho localizado na Rua Carlos Gomes, Centro, pelo Método Não-Destrutivo HDD 500 mm, incluindo DEMOLIÇÃO, ESCAVAÇÃO, REATERRO, PERFURAÇÃO DIRECIONAL POR MÉTODO NÃO DESTRUTIVO, RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS CORRELATOS., de acordo com as especificações constantes no termo de referencia, em regime de execução de empreitada por preço unitário, conforme termo de referência, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e projetos que fazem parte integrante deste contrato, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

**1.1.** A **CONTRATADA** obriga-se a executar todos os serviços no âmbito da Unidade Técnica (UT) do **DAE** – Departamento de Água e Esgoto de Americana.

**1.2.** Os serviços serão executados conforme descritos e caracterizados nos Anexos do Edital de Concorrência nº 03/23, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato.



**1.3.** Poderão constituir objeto do presente, outros serviços pertinentes ao escopo ora contratado e cuja execução tenha implicação direta com aqueles de responsabilidade da **CONTRATADA**.

**1.4.** A prestação dos serviços objeto deste Contrato se fará através da emissão da Ordem de Serviços, e que passará a fazer parte integrante deste Contrato.

**1.5.** Para melhor caracterização dos serviços, bem como para melhor definir e explicitar as obrigações ora Contratadas integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, exceto no que de forma diferente ficar aqui estabelecido, para todos os efeitos de direito, os seguintes documentos relacionados abaixo:

**1.5.1** TERMO DE REFERÊNCIA, CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

**1.5.2** PLANILHAS DE ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS

**1.5.3** PROPOSTA DE PREÇOS apresentada pela **CONTRATADA** em atendimento ao Edital de Concorrência nº 03/23.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E INÍCIO DO CONTRATO**

**2.1.** A vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço.

**2.1.1.** O prazo de execução dos serviços será de 03 (três) meses conforme cronograma físico-financeiro.

**2.2.** A ORDEM DE SERVIÇO será emitida pela "Unidade Técnica" do **DAE** de Americana, atendidas as exigências e obrigações constantes no item anterior e consequentemente todas as demais deste contrato.

**2.3.** O início dos serviços deverá ocorrer dentro de no máximo 05 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Serviço (O.S.);

**2.4.** Os atrasos ocorridos após a data estipulada acarretarão multas à **CONTRATADA**, que serão descontadas diretamente na medição vincenda.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, REMUNERAÇÃO DO CONTRATO E PAGAMENTO**

**3.1.** As despesas com a execução dos serviços objeto da presente licitação correrão, à conta da verba 4490.5100 (ficha 11)– classificação programática 031701.1751201221.036, consignada no orçamento vigente do **DAE**.

**3.1.1** O valor total do contrato é de **R\$ .....** (**por extenso**), à conta da dotação orçamentária especificada na cláusula anterior, para atender às despesas inerentes ao presente Contrato, no corrente exercício. No exercício vindouro, nova dotação deverá ser prevista, para cobertura das despesas restantes do presente instrumento.

**3.2.** O valor global dos serviços objeto deste Contrato, referido no item 3.1., corresponde ao valor global da Planilha de Orçamento Contratual.

**3.3.** Os serviços objeto deste Contrato será remunerado por preço unitário, conforme a Planilha Orçamentária a que se refere o subitem 1.5.2. deste contrato, de acordo com os serviços efetivamente executados, medidos e aceitos.



**3.4.** Os serviços e fornecimentos executados só serão medidos quando previstos em contrato e desde que sejam expressamente autorizados pelo **DAE**.

**3.5.** Os pagamentos serão efetuados por medição.

**3.6.** Compreende-se por medição, a planilha com os custos dos serviços e quantitativos executados, onde deverão estar discriminados os trechos e as datas de execução dos serviços, com as fotos solicitadas.

**3.7.** As medições serão mensais e deverão vir acompanhadas de cópia em mídia digital, ser protocoladas até o 5º dia útil do mês subsequente e endereçadas à FISCALIZAÇÃO/GESTÃO do contrato, assinada pelo responsável técnico, indicando o período, nº do processo e do contrato;

**3.8.** Deverão fazer parte da medição apenas os serviços executados em sua proporcionalidade, de acordo com as unidades de medição dos mesmos (m, m<sup>2</sup>, m<sup>3</sup>, un., etc.);

**3.9.** Os itens pertinentes ao "canteiro de obras" e "administração local", apesar de quantificados por mês, serão medidos proporcionalmente à execução financeira da obra, conforme Acórdão 2622/2013, do TCU - Plenário (Tribunal de Contas da União);

**3.10.** Para a conferência da medição, o **DAE** deverá conferir "in loco" todos os serviços relacionados pela **CONTRATADA** durante o mês, e verificado se os mesmos estão de acordo com os descritos na planilha de medição;

**3.11.** Caso seja encontrada alguma divergência na planilha de medição ou em seus anexos, a medição NÃO SERÁ LIBERADA até que tal irregularidade esteja sanada;

**3.12.** Caso haja alguma desconformidade em algum serviço medido, quer seja quanto à qualidade de execução ou em relação ao seu quantitativo, o mesmo será glosado e só será pago em medição futura, após atendimento à todas as exigências da FISCALIZAÇÃO/GESTÃO;

**3.13.** A medição só será liberada para pagamento se atender plenamente os requisitos expostos nos itens anteriores deste capítulo e após a liberação/aprovação das planilhas de medição pelo gestor do contrato;

**3.14.** A emissão da respectiva Nota Fiscal/Fatura pela **CONTRATADA** ficará condicionada à liberação da Diretoria da Unidade Administrativa e Financeira, através de e-mail. A Nota Fiscal/Fatura deverá apresentar o nº do processo, nº do contrato e nº da medição com o mês de referência dos serviços.

**3.15.** Em razão do disposto no artigo 5º da Lei 8.666/1993 (ordem cronológica), os pagamentos serão efetuados exclusivamente pela Diretoria da Unidade Administrativa e Financeira do **DAE**, sendo efetivados dentro de 30 (trinta) dias após a entrega das respectivas notas fiscais/faturas.

**3.16.** Os pagamentos estarão condicionados, também, à apresentação de certidões negativas de débito perante o INSS e o FGTS.



**3.17.** Durante o período de aferição, caso venha a ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da **CONTRATADA**, a fluência deste prazo ficará interrompida, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que forem cumpridas as providências.

**3.18.** A solicitação de pagamento das medições deverá vir acompanhada de documentação contratual atualizada, relatórios específicos dos serviços e demais documentos definidos pelo **DAE**.

**3.19.** As faturas/notas fiscais deverão ser enviadas, juntamente com comprovação pela **CONTRATADA** do recolhimento das importâncias devidas ao FGTS, relativas às faturas anteriores.

**3.20.** Serão efetuadas as retenções referentes ao INSS na forma da legislação federal e ao ISS na forma da legislação municipal.

**3.21.** Nenhum pagamento isentará a **CONTRATADA** de responsabilidade pelos serviços executados ou implicará a aceitação dos mesmos, cuja aprovação dependerá das condições estabelecidas na cláusula décima primeira deste contrato.

**3.22.** As condições pactuadas poderão ser alteradas por ulterior edição de normas Federais ou Municipais.

**3.23.** No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo **DAE** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

**3.24.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE**

**4.1** Após o período de 12 (doze) meses, caso prorrogado o contrato, o preço será reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerando a partir da data da proposta comercial da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA**

**5.1.** Neste ato, a **CONTRATADA** presta garantia para assegurar a plena execução do objeto do contrato, no valor de R\$ ..... (.....), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, numa das formas previstas no artigo 56 § 1º da Lei 8.666/93.

**5.2. Modalidades.** A **CONTRATADA** poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

**5.2.1. Dinheiro.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor da Unidade Compradora em conta a ser informada que contemple a correção monetária do valor depositado.

**5.2.2. Títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de





custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**5.2.3. Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**5.2.4. Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 5.3. do Contrato. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, a licitante vencedora poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados no item 5.5 do Contrato.

**5.3. Cobertura.** A garantia de execução assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**5.3.1.** prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

**5.3.2.** prejuízos diretos causados ao **DAE** decorrentes de culpa ou dolo da **CONTRATADA** durante a execução do objeto do contrato;

**5.3.3.** multas, moratórias e compensatórias, aplicadas pelo **DAE** à **CONTRATADA**; e

**5.3.4.** obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao contrato não adimplidas pela **CONTRATADA**, quando couber.

**5.4.** Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

**5.4.1.** Caso fortuito ou força maior;

**5.4.2.** Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao **DAE**.

**5.5. Validade da garantia.** A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de três meses após o término da vigência contratual. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que o sinistro seja comunicado pela Unidade Compradora após expirada a vigência do contrato ou a validade da garantia.

**5.6. Readequação.** No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação dos prazos de execução, a garantia deverá ser readequada nas mesmas condições. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pelo responsável para fazê-lo.

**5.7. Extinção.** Decorrido o prazo de validade da garantia, e desde que constatado o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, esta será considerada extinta com a devolução da apólice, da carta-fiança ou com a autorização concedida pelo **DAE** para que a **CONTRATADA** realize o levantamento do depósito em dinheiro.

**5.8.** A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada após a execução do contrato e do recebimento definitivo dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias.



## **CLAUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E MULTAS**

**6.1.** A **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do contrato:

- a) advertência;
- b) multa(s);
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração nos casos previstos em lei.

**6.1.1.** No tocante às multas, serão aplicadas na seguinte conformidade:

- a) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a **CONTRATADA** a multas de mora, por dia de atraso, calculadas sobre o valor da obrigação, de 0,2% (dois décimos por cento), para o período de até 30 (trinta) dias; e de 0,4% (quatro décimos por cento) para o período contado a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia;
- b) A inexecução total ou parcial do ajuste implicará nas sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, e multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor da obrigação não cumprida ou, alternativamente, aplicação de multa correspondente à diferença de preço porventura resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

**6.2.** As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo o **DAE** cobrá-las judicialmente com os encargos correspondentes.

**6.3.** Além das multas estabelecidas, o **DAE** poderá recusar o objeto fornecido se a irregularidade não for sanada, podendo ainda, a critério do mesmo, a ocorrência constituir motivo para aplicação do disposto nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Edital.

**6.4.** As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificados e comprovados, a juízo do **DAE**.

**6.5.** As sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à **CONTRATADA**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

**6.6.** Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**7.1.** A **CONTRATADA** deverá executar os serviços dentro do prazo determinado no item 2.1.1;

**7.1.1.** Na prestação de todos os serviços constantes neste Termo, deverão ser atendidas todas as Normas Técnicas da ABNT, NR 18 – “CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO” e aos padrões do **DAE**;



**7.1.2.** A **CONTRATADA** deverá manter no local da obra ou no canteiro, um diário de obras, onde devem ser relatadas todas as ocorrências diárias, cujo acesso será livre por parte da FISCALIZAÇÃO;

**7.1.3.** A **CONTRATADA** deverá ter mobilidade e flexibilidade para atender a os serviços constantes na planilha de orçamento, dentro do prazo previsto. O não cumprimento não eximirá o DAE de aplicar as sanções contratuais previstas, e não será motivo para a **CONTRATADA** reivindicar custos adicionais de mobilização ou desmobilização de equipes com os respectivos agregados, bem como solicitar reajuste contratual;

**7.1.4.** A **CONTRATADA** deverá submeter à aprovação do gestor do contrato, o seu plano de trabalho, com a quantidade de equipes que irão executar o serviço;

**7.1.5.** Cabe aos responsáveis de cada equipe conhecer e fazer cumprir por todos, os procedimentos, incluindo as seguintes regras gerais:

- Utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e os Equipamentos de Proteção Coletivos (EPC), conforme orientação da Segurança do Trabalho;
- Respeitar toda e qualquer legislação ambiental vigente no local de execução dos serviços, de forma a minimizar os impactos ambientais negativos;
- Na ocorrência de qualquer incidente que implique em dano ou risco de comprometimento da qualidade da fauna e flora, da água, do solo ou do ar, ou mesmo da relação das comunidades vizinhas, comunicar imediatamente a FISCALIZAÇÃO.

**7.1.6.** Verificada a necessidade de alteração nas quantidades de equipes alocadas, a **CONTRATADA** deverá providenciar, no prazo de cinco dias, as adequações das mesmas para os trabalhos, sob a pena de aplicações de sanções;

**7.1.7.** Qualquer alteração em relação à quantidade de equipes alocadas deverá ser comunicado previamente ao gestor do contrato que tem pleno poder para aprová-las ou não;

**7.1.8.** A **CONTRATADA** deverá prever a possibilidade de realização das atividades em período noturno, finais de semana e feriados, de acordo com a necessidade da Autarquia, ficando ao cargo da **CONTRATADA** dispor do que for necessário para tanto, como por exemplo: pagamento de adicional noturno, pessoal extra, etc; sem gerar qualquer tipo de ônus ao DAE, além dos custos já estabelecidos pela empresa na formulação da sua proposta;

**7.1.9.** A **CONTRATADA** estará sujeita às definições estabelecidas pela Unidade de Transito da Prefeitura Municipal de Americana em conjunto com o **DAE**, no que diz respeito às interdições totais ou parciais da via pública, não podendo a **CONTRATADA** alegar, em hipótese alguma, impossibilidade para execução do serviço, em virtude deste motivo; sem gerar qualquer tipo de ônus ao **DAE**, além dos custos já estabelecidos pela empresa na formulação de sua proposta;

**7.1.10.** A obra deverá ser acompanhada em período integral por Responsável Técnico, indicado no Contrato;

**7.1.11.** Qualquer impedimento ao andamento normal dos serviços, tais como chuvas intensas e ininterruptas, interferências imprevistas como redes subterrâneas de naturezas diversas, presença de água, solo rochoso nas valas e outros, deverá ser comunicado ao **DAE** através de e-mail e indicado no diário de obras;

**7.1.12.** A **CONTRATADA** deverá dispor de mão de obra qualificada para a execução dos serviços objetos do Termo;

**7.1.13.** Nenhuma manobra de válvula, chave ou qualquer outro dispositivo de controle nos sistemas de utilidade pública existentes, deverá ser operado, sob qualquer pretexto, pela **CONTRATADA**, sem o conhecimento prévio da FISCALIZAÇÃO;

**7.1.14.** A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer o cadastro dos serviços executados, que consiste na entrega do "as built" e na apresentação de fotos, sendo obrigatoriamente, no mínimo, uma por etapa do serviço (interligações, inserção do tubo, vala aterrada, com pavimento recomposto, etc),



além das fotos do local antes do serviço ser executado. Cada foto deverá ser identificada, com o trecho correspondente. Todas as fotos devem ser legíveis e deve possibilitar a identificação do local onde o serviço foi executado;

**7.1.15.** As fotos deverão ser encaminhadas ao **DAE** junto com a medição mensal em arquivo digital;

**7.1.16.** Junto com as medições mensais deverá ser encaminhado ao menos um croqui, demonstrando os trechos dos serviços que estão sendo medidos e deverá conter todas as informações referentes às redes, tais como diâmetro, material, profundidade, distância em relação às divisas, interferências, amarrações das peças e datas de execução. O cadastro da obra só será remunerado pelo **DAE** ao final da execução dos serviços, quando deverá ser entregue o "as built" completo de todos os trechos executados em forma impressa e digital, em arquivos com extensões .dwg, .doc, .xls, .pdf e outros.

**7.1.17.** A sinalização na ocasião da execução dos serviços é de responsabilidade da **CONTRATADA**, sendo esta responsável por eventuais acidentes que porventura envolvam terceiros em virtude da falta da mesma;

**7.1.18.** As autorizações junto às concessionárias prestadoras de serviços tais como telefone, energia elétrica, gás, etc., para interrupção e/ou desvio de tráfego junto aos Órgãos envolvidos, em virtude da execução dos serviços, será única e exclusivamente responsabilidade da **CONTRATADA**;

**7.1.19.** A **CONTRATADA** deverá proceder à pesquisa de interferência, existente no local dos serviços, antes do início dos mesmos, com a finalidade que não sejam danificados quaisquer tubos, caixas, cabos, postes e outros elementos ou estruturas que estejam na zona atingida pela escavação ou em área próxima a esta;

**7.1.20.** A **CONTRATADA** deverá dispor de equipe própria de Topografia em tempo integral, às suas expensas e sem custo adicional ao **DAE**, para eventuais levantamentos e ajustes que sejam necessários, bem como para fins de nivelamento dos tubos assentados;

**7.1.21.** A **CONTRATADA** deverá procurar minimizar as interferências dos trabalhos sobre o comércio local e o trânsito de veículos e pedestres;

**7.1.22.** Antes da execução da demolição do pavimento asfáltico, a área a ser demolida deverá ser demarcada com serra de disco apropriada para tal finalidade tipo "Clipper";

**7.1.23.** Para as interligações ao sistema existente serão utilizadas peças e conexões adequadas ao tipo de rede com as quais serão interligadas e deverão ser executadas de forma que não provoquem danos ao sistema existente e o menor transtorno possível à população;

**7.1.24.** As camadas de solo a serem compactadas não deverão ultrapassar 20 (vinte) centímetros de espessura, devendo ser utilizado para tal fim: rolo compactador vibratório ou compactador de percussão (tipo 'sapo');

**7.1.25.** Nos locais escavados constituídos de asfalto, será executada a troca do solo ao longo da vala a ser reaterada, onde só será aceito solo do tipo A2, isento de entulhos, óleos, madeiras, graxas, etc;

**7.1.26.** Logo após a execução do reaterro da vala compactado, a **CONTRATADA** deverá providenciar pelo menos a execução da caixa de bica corrida, compactada;

**7.1.27.** A recomposição do pavimento asfáltico deverá ser feita, pelo menos, semanalmente ou, em casos específicos, conforme solicitação da FISCALIZAÇÃO, de forma imediata ou dentro do prazo solicitado;

**7.1.28.** Os serviços de recomposição asfáltica e de passeio executados que, eventualmente, apresentem problemas após a liberação do uso da via, deverão ser refeitos pela CONTRATADA sem qualquer ônus adicional ao **DAE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas ou de imediato, caso se configurem riscos iminentes;



**7.1.29.** Os serviços executados em vala que possua sinalização de solo (PARE, FAIXA DE PEDESTRES ou outras) deverão ser comunicados à Fiscalização imediatamente após sua execução, por email indicando: endereço, número e/ou cruzamento, fotos e demais referências que forem necessárias à identificação do local, para que sejam encaminhados à Unidade de Trânsito e Sistema Viário para fins de recomposição da mesma;

**7.1.30.** Se porventura houver necessidade de interrupção do fornecimento de água à população para a execução de algum serviço, o mesmo só poderá ser executado mediante autorização do **DAE**, que deverá ser avisado previamente pela **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 72 horas (setenta e duas) para que sejam providenciados os avisos junto à população. O tempo sempre será contado a partir do primeiro dia útil da comunicação, via e-mail. Caso haja atraso no reabastecimento, em decorrência de negligência por parte da **CONTRATADA**, o **DAE** exigirá a devida indenização do correspondente valor de água não fornecida à população;

**7.1.31.** Para a abertura, escavação e escoramento de valas, deverão ser observados às disposições da NBR 12266 e da NR 18;

**7.1.32.** As escavações executadas em passeios serão executadas manualmente;

**7.1.33.** As aberturas das valas deverão ser até as cotas compatíveis, de forma mecânica ou manual, e quando as condições de campo (espaço, solo, greide, etc.) exigirem;

**7.1.34.** Para as valas que necessitam de escoramento, o fornecimento, montagem e desmontagem das respectivas estruturas são de responsabilidade da **CONTRATADA**;

**7.1.35.** Quando for utilizada a escavação mecanizada, esta poderá ser complementada com escavação manual para a finalização das aberturas de terreno até as dimensões necessárias para os respectivos serviços a serem executados;

**7.1.36.** Todo o entulho proveniente de demolições será encaminhado a bota-foras devidamente licenciados, sob a responsabilidade e custos da **CONTRATADA**, quer seja quanto à localização do mesmo, quanto aos custos envolvidos de carga, descarga, transporte e disposição final;

**7.1.37.** As valas não poderão permanecer abertas, sem que as mesmas sejam devidamente sinalizadas e sem que sobre elas sejam colocados passadiços de madeira ou metálicos, suficientemente resistentes, para proteção dos transeuntes e veículos, respectivamente;

**7.1.38.** Caso ocorra a necessidade, das valas permanecerem abertas, deverá ser instalada sinalização noturna ao redor das mesmas, com o emprego de baldes plásticos, fios, lâmpadas, etc, ou qualquer outro dispositivo que cumpra a finalidade;

**7.1.39.** Na ocorrência do item anterior, a **CONTRATADA** deverá comunicar a FISCALIZAÇÃO previamente, para que tal feito seja autorizado;

**7.1.40.** Compete à **CONTRATADA** recolher e transportar, convenientemente, o material escavado, providenciando a remoção de entulhos, de modo que os trechos de passeio ou de pistas da via pública se apresentem sempre limpos, varridos ou lavados, conforme exigir cada caso;

**7.1.41.** Na sinalização preventiva, deverão ser adotados os procedimentos conforme especificações relativas ao trânsito e segurança, juntamente com as normas da Unidade de Trânsito e Sistema Viário, do município de Americana sob a responsabilidade da **CONTRATADA**;

**7.1.42.** A locação da obra será executada com base nas indicações do projeto geométrico ou de acordo com novo levantamento topográfico realizado pela **CONTRATADA**, se for o caso, a partir do resultado da sondagem de campo e pesquisas de interferências realizadas;

**7.1.43.** A obra será locada em toda a sua extensão, antes do início efetivo da sua execução;

**7.1.44.** Os cadastros de redes de água e esgoto, que porventura o **DAE** vier a fornecer e/ou de simplesmente consulta, servirão única e exclusivamente como orientação. À **CONTRATADA** cabe à execução da sondagem, a localização, demarcação efetiva das mesmas, cujos custos correrão às suas custas;





**7.1.45.** Após o término dos serviços objeto deste Termo, a **CONTRATADA** deverá entregar o local limpo e livre de entulhos e de excesso de terra, devidamente varridos com vassourões adequados;

**7.1.46.** Para a execução da rede em MND com perfuração direcional:

**7.1.46.1.A** **CONTRATADA** é responsável pelo fornecimento de todos os equipamentos e equipes especializadas para a execução da perfuração direcional HDD, bem como pela execução da solda dos tubos PEAD pelo processo de termofusão;

**7.1.46.2.** Deverão ser construídos poços de serviços nas estacas E0 e E14, respectivamente, sendo que um deles será aproveitado para a construção de uma caixa de registro. A cava deste poço terá dimensões de acordo com a metodologia da empresa construtora;

**7.1.46.3.** Os locais próximos à construção dos poços de serviços deverão estar completamente desimpedidos de modo a se evitar acidentes;

**7.1.46.4.** A faixa de terreno onde será instalada a tubulação deverá ser vistoriada antes do início das obras com atenção à atualização cadastral do local, inclusive com a execução de sondagens e pesquisas de interferências por detecção eletromagnética, visando detectar a existência de redes de água esgoto, rede de telefonia, galerias, rede de gás e de outras concessionárias e quaisquer tipos de interferência;

**7.1.46.5.** A **CONTRATADA** será responsável pela elaboração do plano de furo, o qual deverá ser apresentado à FISCALIZAÇÃO para aprovação antes do início da execução dos serviços de perfuração;

**7.1.46.6.** Após a liberação da faixa, será programada a execução do serviço de maneira a causar menor perturbação possível nos usos normais da superfície, especialmente onde houver tráfego de veículos ou pedestres;

**7.1.47.** A **CONTRATADA** deverá fornecer garantia pelos serviços executados pelo período de cinco anos, responsabilizando-se por vícios ocultos, conexões e peças fora de linha de fabricação e qualidade dos materiais utilizados.

## **7.2. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**

**7.2.1.** Para a execução dos serviços licitados, a **CONTRATADA** deverá dispor, no mínimo, dos equipamentos, máquinas e veículos abaixo relacionados, em quantidade suficiente para atender a demanda, sendo pelo menos um conjunto de equipamento por equipe:

- conjunto de equipamentos para perfuração direcional HDD
- gerador de energia portátil
- máquina de solda por termofusão e/ou eletrofusão
- retroescavadeira sobre pneus, potência mínima 75 HP;
- caminhão basculante toco
- compactador de solos, portátil à percussão
- serra de disco para corte de pavimento, tipo Clipper
- rolo liso para pavimentação
- placa portátil vibratória para pavimentos
- bomba de esgotamento de valas e cavas
- utilitário a gasolina/diesel adequado ao transporte das equipes;
- serra manual e mecânica para corte de tubos e demais ferramentas necessárias para assentamento de tubulações, peças, conexões e acessórios, inclusive as reposições do disco;

## **7.3. CONDIÇÕES DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS:**





- 7.3.1.** Os veículos e máquinas deverão portar em local visível (portas e tampa traseira) adesivo com os dizeres – **A SERVIÇO DO DAE AMERICANA**, conforme modelos a serem fornecidos pelo **DAE**. Caso existam logotipos da **CONTRATADA**, estes não poderão sobressair-se ao logotipo do **DAE**;
- 7.3.2.** A **CONTRATADA** deverá manter os equipamentos, máquinas e veículos em perfeitas condições de funcionamento, regularizados e dentro das normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Nacional;
- 7.3.3.** Os veículos e máquinas poderão ter idade máxima de 10 (dez) anos, contados do ano vigente, em bom estado de conservação, com comprovação através de documentação a ser apresentado no ato da assinatura do contrato, que fará parte integrante do contrato;
- 7.3.4.** A **CONTRATADA** deverá repor, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas os veículos/equipamentos que apresentem defeitos ou algum outro tipo de problema;
- 7.3.5.** A **CONTRATADA** deverá providenciar seguro de todos os veículos/equipamentos de sua propriedade, inclusive contra danos a terceiros, que eventualmente possam ocorrer em virtude da realização dos serviços;
- 7.3.6.** Os veículos e máquinas deverão possuir 'luz de sinalização', tipo dispositivo intermitente, na cor âmbar;
- 7.3.7.** No caso da **CONTRATADA** utilizar-se de máquinas e/ou veículos locados, o **DAE** exigirá cópia do documento de locação, no ato da assinatura do contrato;
- 7.3.8.** Os equipamentos de sinalização, de responsabilidade da **CONTRATADA**, deverão dispor de autorização de utilização da PMA, através da Unidade de Transportes e Sistema Viário e atender às normas por ela estabelecidas, no que diz respeito ao desvio de trânsito e/ou interdição de via pública;
- 7.3.9.** É de responsabilidade da **CONTRATADA** o transporte de máquinas proibidas de transitarem em rodovias e vias públicas, de acordo com legislação vigente, tais como retroescavadeiras e rolo compactador, em equipamento adequado para tal fim.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

- 8.1.** A **CONTRATADA** deverá manter preposto, devendo ser engenheiro civil, sanitarista, tecnólogo ou técnico em edificações, com respectivo número do registro profissional no **CREA**, devidamente identificado no contrato, para tratar dos serviços junto à FISCALIZAÇÃO e ao gestor do contrato, em horário comercial ou extraordinário (se necessário). O comparecimento do preposto no **DAE** deverá ser sempre que solicitado pelo GESTOR/FISCALIZAÇÃO;
- 8.2.** A **CONTRATADA** deverá apresentar, obrigatoriamente, no ato da assinatura do contrato, a ART recolhida do responsável técnico pela execução dos serviços e do preposto;
- 8.3.** A mão de obra utilizada para a execução deste objeto deverá ser qualificada, sendo devidamente comprovado na ocasião da apresentação dos documentos para fins de integração dos funcionários, antes da emissão da ordem de serviço;
- 8.4.** A **CONTRATADA** deverá substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer empregado cuja presença no local dos serviços for julgada inconveniente pelo **DAE**;
- 8.5.** A **CONTRATADA** deverá implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, com apresentação do mesmo ao DAE;
- 8.6.** A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se por danos causados ao **DAE** e a terceiros durante a execução dos serviços, sejam estes por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do



prazo estipulado, o **DAE** reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o contrato, de pleno direito;

**8.7.** A **CONTRATADA** deverá orientar os empregados para que se comportem sempre de forma cordial com os demais e se apresentem sempre dentro dos padrões de eficiência e higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços;

**8.8.** A **CONTRATADA** deverá submeter relação nominal dos empregados em serviço no DAE, no ato da assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração;

**8.9.** A **CONTRATADA** deverá manter os empregados devidamente uniformizados e portar obrigatoriamente crachá de identificação, sendo que o uniforme deverá apresentar o nome da **CONTRATADA** nas costas e na frente (lado superior esquerdo e/ou no bolso se houver).

**8.10.** Deverá fazer parte integrante do uniforme a capa de chuva de nylon individual para cada funcionário da **CONTRATADA**, contendo seu logotipo e identificação;

**8.11.** A **CONTRATADA** será responsável pelo fornecimento da alimentação de seu pessoal e de todos os EPI's necessários aos seus funcionários, assim como deverá verificar se os mesmos estão sendo utilizados adequadamente;

**8.12.** A **CONTRATADA** deverá adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados, quantos para a execução dos serviços propriamente ditos, bem como obedecer a todas as Normas Regulamentadoras (NRs) pertinentes;

**8.13.** A **CONTRATADA** deverá providenciar para que todos seus empregados cumpram as normas internas, especialmente aquelas relativas à segurança onde serão executados os serviços;

**8.14.** Os empregados da **CONTRATADA** não terão nenhum vínculo com o **DAE**, ficando sob a inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os pagamentos e/ou ônus relativos a taxas, tributos, contribuições sociais, indenizações trabalhistas, vale-transporte, refeição e outros encargos previstos em lei, incidentes ou decorrentes deste contrato;

**8.15.** A **CONTRATADA** deverá realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto no processo de admissão quanto ao longo da vigência do contrato de trabalho de seus empregados, os exames de saúde e periódicos exigidos, apresentando os respectivos comprovantes no ato da assinatura do contrato e sempre que solicitado pelo **DAE**;

**8.16.** Os empregados da **CONTRATADA** deverão respeitar as normas e procedimentos do **DAE**, quanto à segurança interna (entrada e saída de pessoal e material), além do respeito às normas de segurança do trabalho;

**8.17.** A **CONTRATADA** deverá cumprir todas as normas regulamentares de higiene, medicina e segurança do trabalho, se responsabilizando por quaisquer acidentes que venham ter como vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem, e pela observância das demais exigências legais para o exercício da atividade.

## **CLÁUSULA NONA – RELACIONAMENTO CONTRATADA – DAE**

**9.1.** Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, por qualquer elemento da **CONTRATADA**, o desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimentos das cláusulas e condições deste Termo de Referência, Especificações e do Contrato, bem como de tudo que estiver contido nas Normas Regulamentadoras e Técnicas (ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas), assim como suas especificações e Métodos;

**9.1.1.** Como parte de sua responsabilidade com o **DAE**, a **CONTRATADA** deverá submeter à aprovação da FISCALIZAÇÃO todos os seus equipamentos, ferramentas, uniformes e EPI's que serão utilizadas na execução dos serviços;



**9.1.2.** Deverá a **CONTRATADA** acatar de modo imediato às ordens da FISCALIZAÇÃO, dentro do Termo e do contrato;

**9.1.3.** Ficam reservados à GESTÃO/FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos, omissos, não previstos no contrato, neste Termo, orçamento e em tudo mais que de qualquer forma se relacione ou venha a se relacionar, direta ou indiretamente, com os serviços em questão e seus complementos;

**9.1.4.** A **CONTRATADA** deverá permanentemente ter e colocar à disposição da FISCALIZAÇÃO os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção das instalações, dos materiais e dos equipamentos, independentemente da inspeção de medições para efeito de faturamento e, ainda, independentemente do estado do serviço e do canteiro de serviços;

**9.1.5.** A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO em nada diminuem as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da **CONTRATADA** no que concerne aos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o código civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

**9.1.6.** A FISCALIZAÇÃO poderá exigir a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela **CONTRATADA**, providências suplementares necessárias à segurança e ao bom andamento do serviço;

**9.1.7.** Todas as ordens dadas pela FISCALIZAÇÃO ao preposto identificado no contrato serão consideradas como se fossem dirigidas diretamente à **CONTRATADA**. Por outro lado, todo e qualquer ato efetuado ou disposição tomada pelo referido preposto, ou ainda omissões de responsabilidade do(s) mesmo(s), serão consideradas para todo e qualquer efeito como tendo sido da **CONTRATADA**;

**9.1.8.** O preposto responsável pelo contrato e os responsáveis pelas equipes, cada um no âmbito respectivo, deverão estar sempre em condições de atender à FISCALIZAÇÃO e prestar-lhe todos os esclarecimentos e informações sobre o andamento dos serviços, a sua programação, as peculiaridades das diversas tarefas e tudo o mais que a FISCALIZAÇÃO reputar necessário ou útil; e que se refira, diretamente, aos serviços e suas implicações.

## **9.2. CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

**9.2.1.** Abster-se de oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados;

**9.2.2.** Conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, abstendo-se de práticas como as seguintes:

- a)** prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b)** comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- c)** comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- d)** no tocante a licitações e contratos:
  - I-** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;



- II- impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- III- afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;  
fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- IV- criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- V- obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- VI- manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública;
- VII- dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do Sistema Financeiro Nacional;

### 9.3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

**9.3.1.** Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, preservando a fauna e a flora existentes no local de execução dos serviços, e mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança.

**9.3.2.** Empregar apenas produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenham procedência legal e, no caso de utilização de produtos e subprodutos listados no artigo 1º do Decreto Estadual nº 53.047/2008, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica cadastrada no CADMADEIRA.

**9.3.3.** Dar pleno cumprimento ao disposto na Lei Estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em atendimento ao disposto na Lei Estadual nº 16.775, de 22 de junho de 2018.

**9.3.4.** Responsabilizar-se pela desmobilização das estruturas de apoio que houver instalado para executar os serviços, bem como pela recuperação ou reabilitação das áreas utilizadas que, por sua culpa, tenha gerado impacto ao meio ambiente.

**9.3.5.** Conferir destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da execução do objeto do contrato, nos termos da [Resolução CONAMA nº 307/2002](#), obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- a) **Resíduos Classe A** (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- b) **Resíduos Classe B** (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- c) **Resíduos Classe C** (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;



d) **Resíduos Classe D** (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**9.3.6.** Comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, atendendo assim ao Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou ao Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso.

**9.3.7.** Assumir, sem ônus para o **DAE**, as multas que vierem a ser aplicadas pelo órgão ambiental federal, estadual ou municipal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO DAE**

**10.1** Além das responsabilidades previstas neste Contrato e nos anexos que o integram, o **DAE** obriga-se a:

**10.1.1** Fornecer à **CONTRATADA**, todas as informações necessárias à execução dos serviços objeto deste Contrato.

**10.1.2** Designar representante servidor para fiscalizar e acompanhar a execução do Contrato.

**10.1.3** Providenciar e executar todas as ações administrativas de sua exclusiva competência, relativas à execução dos trabalhos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO**

**11.1.** A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir o presente Contrato, no todo ou em parte.

**11.2.** É vedada à **CONTRATADA** subcontratar qualquer parcela dos serviços sem autorização, prévia e por escrito, do **DAE**. Não observadas estas disposições, incorrerá no disposto na Cláusula Décima Terceira – Rescisão.

**11.3.** Caso autorizado só será admitida a subcontratação caso a mesma não seja superior a 30% do valor do contrato, e caso a empresa a ser subcontratada atenda as mesmas exigências do Edital de Licitação – fase Habilitação para a **CONTRATADA**, que deverá ser aprovada pelo gestor do contrato.

**11.4.** À **CONTRATADA** caberá a responsabilidade total pelos serviços por ela executados bem como pelos executados por terceiros subcontratados, não havendo desta forma, qualquer vínculo contratual entre o **DAE** e eventuais subcontratadas da **CONTRATADA**.

**11.5.** As faturas emitidas por eventuais subcontratadas deverão estar sempre em nome da **CONTRATADA**, ficando expressamente vedada à emissão diretamente contra o **DAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** O **DAE** designará preposto (s) para acompanhar, fiscalizar, liberar a execução e aceitação dos serviços, fato que não eximirá a empresa **CONTRATADA** de sua responsabilidade civil e técnica.

**12.2.** A gestão e a fiscalização do contrato serão da “Unidade Técnica” do **DAE**.

**12.3.** A FISCALIZAÇÃO poderá suspender a execução de qualquer serviço que esteja em desacordo com este Termo, especificações, normas ou regulamentações. O serviço recusado deverá ser refeito ou corrigido às expensas da Contratada.





**12.4.** A FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, documentos que comprovem o pleno e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais, incluindo mão de obra, materiais e equipamentos, sob a pena de não liberar os trabalhos até a efetiva comprovação, cabendo aplicação de multas contratuais por parte do DAE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS**

**13.1.** O **DAE** se reserva o direito de suspender temporariamente os serviços sempre que se fizer necessário.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO**

**14.1.** O **DAE** poderá rescindir de pleno direito o presente Contrato, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à **CONTRATADA** qualquer direito à indenização, nos seguintes casos:

- 14.1.1** Atraso injustificado no início dos serviços a contar da data da emissão da Ordem de Início.
- 14.1.2** Paralisação dos serviços, sem comprovada justificativa apresentada ao **DAE** por escrito e por ela aceita.
- 14.1.3** Cessão ou transferência do presente Contrato, no todo ou em parte.
- 14.1.4** Não atendimento à comunicação do **DAE**, no sentido de afastar qualquer pessoal envolvido no desenvolvimento dos serviços.
- 14.1.5** Inobservância das normas ou especificações do **DAE**.
- 14.1.6** Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, transformação, fusão ou incorporação da **CONTRATADA**.
- 14.1.7** Imperícia, negligência, imprudência ou desídia na realização dos serviços contratados.
- 14.1.8** Caracterização de dificuldade financeira que venha a refletir em prejuízo ao andamento normal dos serviços.
- 14.1.9** Aplicação à **CONTRATADA** da pena de declaração de inidoneidade ou de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, ainda que em decorrência de falta cometida em outro procedimento administrativo, nos termos do Edital da Concorrência Pública nº 03/23.

**14.2.** A **CONTRATADA** perderá em favor do **DAE**, o direito à restituição da garantia contratual e das retenções, rescindido este Contrato com base em quaisquer das razões enumeradas em 13.1.

**14.3.** No caso da Rescisão ser resultante de inadimplemento contratual por parte da **CONTRATADA**, o **DAE** deverá ser indenizada de todos os prejuízos decorrentes da Rescisão.

**14.4.** Atendendo ao interesse público, o **DAE** poderá promover a Rescisão unilateral do Contrato, nos termos da lei.

**14.5.** Nos casos de rescisão amigável do Contrato, a **CONTRATADA** fará jus apenas aos pagamentos nos termos da lei.

- 14.5.1.** Desta forma, far-se-á o pagamento final, com mútua, plena e geral quitação no ato da assinatura do distrato.





**14.6.** Em caso de concordata da **CONTRATADA**, o **DAE** poderá manter o Contrato se assim o entender conveniente, assumindo o mesmo e/ou o comando da totalidade ou parte dos serviços, ou ainda, transferir o remanescente do Contrato a outra empresa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO**

**15.1.** As partes, por seus dirigentes, prepostos ou empregados, comprometem-se, mesmo após o término do presente Contrato, a manter completa confidencialidade e sigilo sobre quaisquer dados ou informações obtidas em razão do presente contrato, reconhecendo que não poderão ser divulgados ou fornecidos a terceiros, salvo com expressa autorização, por escrito, da outra parte.

**15.2.** As partes serão responsáveis, civil e criminalmente, por quaisquer danos causados uma a outra e/ou terceiros em virtude da quebra da confidencialidade e sigilo a que estão obrigadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL**

**16.1.** Os estudos, projetos, relatórios e demais dados desenvolvidos pela **CONTRATADA** em razão dos serviços ora contratados, ainda que inacabados, serão de propriedade exclusiva do **DAE**, que poderá registrá-los nos órgãos competentes e utilizá-los ou cedê-los sem qualquer restrição ou custo adicional.

**16.2.** A **CONTRATADA** será a única responsável por infrações a direito de propriedade intelectual de terceiros, inclusive aquelas relacionadas a materiais, equipamentos, programas de computador ou processos de execução protegidos pela legislação em vigor, que tenham sido utilizados na execução dos serviços ora contratados, respondendo diretamente por quaisquer reclamações, indenizações, taxas ou comissões que forem devidas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TOLERÂNCIA**

**17.1.** Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer das cláusulas e condições do presente Contrato e/ou seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar, afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

**18.1.** Para dirimir qualquer questão que venha a ocorrer relativa ao Contrato, o Foro competente é o de Americana/SP, devendo a parte vencida pagar à vencedora as custas, despesas extrajudiciais e demais combinações legais e contratuais.

**18.1.1** Quaisquer quantias devidas ao **DAE** pela **CONTRATADA**, em decorrência deste Contrato, serão cobradas pelo rito de execução fiscal.

**18.2.** Os casos omissos deste Contrato serão regidos pelo **DAE**, de acordo com as normas da Lei Federal n.º 8.666/1993, de 21 de Junho de 1993, e alterações posteriores, e Lei Municipal n.º 13.278/2002 assim como, a legislação específica pertinente à matéria.

E, por se acharem assim acordados, e após lido e achado conforme, perante as testemunhas a seguir.

Departamento Água e Esgoto de Americana, aos \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.



\_\_\_\_\_

**DAE**

\_\_\_\_\_

**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**ANEXO VI DO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/23**

**MODELO DE CREDENCIAMENTO**

Ao

**DAE - AMERICANA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

Rua dos Estudantes, nº 333 – Bairro Cordenonsi – CEP 13.472-510 - Americana – SP.

**REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/23**

**PROCESSO Nº 264/23**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia civil, objetivando a **EXECUÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DA SUBADUTORA DE ÁGUA TRATADA SA-02 (ETA - CR02)**, no trecho localizado na Rua Carlos Gomes, Centro, pelo método não-destrutivo HDD 500 mm, incluindo **DEMOLIÇÃO, ESCAVAÇÃO, REATERRO, PERFURAÇÃO DIRECIONAL POR MÉTODO NÃO DESTRUTIVO, RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS CORRELATOS**, conforme especificações constantes no termo de referência.

**C R E D E N C I A M E N T O**

**Prezados senhores:**

Na qualidade de responsável legal por nossa empresa, credenciamos o Sr. **(nome completo)**, portador da CIRG nº (...), para nos representar na licitação de referência, conferindo ao mesmo ilimitados poderes para assinar quaisquer documentos relacionados com a licitação.

Local e data

CARIMBO, NOME E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



**ANEXO VII DO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/23**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL, SEUS ANEXOS E NORMAS TÉCNICAS.**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/23**

**PROCESSO Nº 264/23**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia civil, objetivando a **EXECUÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DA SUBADUTORA DE ÁGUA TRATADA SA-02 (ETA - CR02)**, no trecho localizado na Rua Carlos Gomes, Centro, pelo método não-destrutivo HDD 500 mm, incluindo **DEMOLIÇÃO, ESCAVAÇÃO, REATERRO, PERFURAÇÃO DIRECIONAL POR MÉTODO NÃO DESTRUTIVO, RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS CORRELATOS,** conforme especificações constantes no termo de referência.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE AMERICANA  
Rua dos Estudantes, 333, Cordenonsi, Americana, SP.

(Nome da empresa), CNPJ/MF, sediada em, (endereço completo), declara, sob as penas da Lei e para todos os fins de direito, especificamente para a participação de licitação na modalidade **Concorrência Pública nº 03/23**, que tem pleno conhecimento do Edital e de seus Anexos e todas as informações necessárias das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e, ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para realização dos serviços, principalmente quanto às especificações técnicas, termo de referência, planilha orçamentária e demais documentos.

E, por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da Lei.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura, nome completo, cargo e RG do declarante



**ANEXO VIII DO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/23**

**TERMO DE COMPROMISSO**

**AO**

**DAE - AMERICANA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL**

Rua dos Estudantes, nº 333 – Bairro Cordenonsi –. CEP 13.472-510 - Americana – SP

**REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/23**

**PROCESSO Nº 264/23**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia civil, objetivando a **EXECUÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DA SUBADUTORA DE ÁGUA TRATADA SA-02 (ETA - CR02)**, no trecho localizado na Rua Carlos Gomes, Centro, pelo método não-destrutivo HDD 500 mm, incluindo **DEMOLIÇÃO, ESCAVAÇÃO, REATERRO, PERFURAÇÃO DIRECIONAL POR MÉTODO NÃO DESTRUTIVO, RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS CORRELATOS**, conforme especificações constantes no termo de referência.

Em atendimento a determinação do Edital de **Concorrência nº 03/23**, comprometemo-nos, sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo de habilitação.

Por ser verdade, firmamos termo de compromisso para que produza seus efeitos de direito.  
Local e data.

**CARIMBO, NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL**



**ANEXO VIII.1 - DO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/23**

**MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 5.6. DO EDITAL**

Nome completo: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

**DECLARO**, sob as penas da Lei, que o licitante \_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar da **Concorrência nº 03/23, Processo nº 264/23**:

**a)** está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

**b)** atende às normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)





**ANEXO VIII.2 - DO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/23**

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA, NOS TERMOS DO DECRETO ESTADUAL Nº 53.047/2008**

Nome completo: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

**DECLARO**, sob as penas da lei e em conformidade com o Decreto Estadual nº 53.047/2008, que o licitante \_\_\_\_\_ *nome empresarial*), interessado em participar da **Concorrência nº 03/23 Processo nº 264/23**, somente utilizará produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte emitida nos termos da legislação vigente.

Tenho ciência de que o descumprimento dos referidos decretos poderá acarretar a rescisão do contrato bem como a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998, sem prejuízo de outras implicações na esfera criminal.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO VIII.3 - DO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/23**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA QUANTO À PROIBIÇÃO DO USO DE AMIANTO, ASBESTO E  
DERIVADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO, NOS TERMOS DA LEI ESTADUAL Nº 16.775, DE  
22 DE JUNHO DE 2018**

Nome completo: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

**DECLARO**, sob as penas da lei e em conformidade com o Decreto Estadual nº 53.047/2008, que o licitante \_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar da **Concorrência nº 03/23** Processo nº 264/23, se compromete a cumprir o disposto na Lei Estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO IX DO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/23**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/23**

**PROCESSO Nº 264/23**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia civil, objetivando a **EXECUÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DA SUBADUTORA DE ÁGUA TRATADA SA-02 (ETA - CR02)**, no trecho localizado na Rua Carlos Gomes, Centro, pelo método não-destrutivo HDD 500 mm, incluindo **DEMOLIÇÃO, ESCAVAÇÃO, REATERRO, PERFURAÇÃO DIRECIONAL POR MÉTODO NÃO DESTRUTIVO, RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS CORRELATOS**, conforme especificações constantes no termo de referência.

(Nome da empresa), CNPJ/MF, sediada em, (endereço completo), declara, sob as penas da Lei e para todos os fins de direito, especificamente para a participação de licitação na modalidade Concorrência Pública nº 03/23, que está sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e nº do RG do declarante



**ANEXO X - DO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/23**

**DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (nome empresarial), interessado em participar da Concorrência nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**DECLARO**, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;
- III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV – no tocante a licitações e contratos:
  - a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
  - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
  - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
  - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;



- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
  - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
  - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)



**ANEXO XI DO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/23**  
**BDI DO DAE**

Proponente / Tomador	Município/UF
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	AMERICANA/SP

Nº do CT	Empreendimento / Apelido	Gestor / Programa / Modalidade / Ação
0	SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DE SUBADUTORA DE ÁGUA TRAT	SELECIONAR GESTOR /

Tipo de Obra (conforme Acórdão 2622/2013 - TCU):

- Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto e Construções Correlatas

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE BDI - PADRÃO**

ITENS	SIGLAS	VALORES
TAXA DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	3,43%
TAXA DE SEGURO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO	S+G	0,28%
TAXA DE RISCO	R	1,00%
TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,94%
TAXA DE LUCRO	L	6,74%
TAXA DE TRIBUTOS	I	0,65%
PIS (geralmente 0,65%)		
COFINS (geralmente 3,00%)		3,00%
ISS (legislação municipal)		3,00%
CPRB (INSS)		4,50%
BDI conforme Acórdão 2622/2013 - TCU		20,85%
<b>BDI RESULTANTE</b>		<b>26,98%</b>

FÓRMULA UTILIZADA: 
$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Declaro que, conforme legislação tributária municipal, a **base de cálculo** do ISS corresponde a 100,00% do valor deste tipo de obra e, sobre esta base, incide ISS com **alíquota** de 3,00%

Observações:

Responsável Técnico pela Elaboração do Orçamento:

Nome: VANESSA MARIA DE CAMARGO FARIA

CREA/CAU: 2603375750

ART/RRT:

Data:





Proponente / Tomador <b>DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO</b>	Município/UF <b>AMERICANA/SP</b>
--	-------------------------------------

Nº do CT <b>0</b>	Empreendimento / Apelido <b>SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DE SUBADUTORA DE ÁGUA TRAT</b>	Gestor / Programa / Modalidade / Ação <b>SELECIONAR GESTOR /</b>
----------------------	--	---

Tipo de Obra (conforme Acórdão 2622/2013 - TCU):

- Fornecimento de Materiais e Equipamentos

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE BDI - DIFERENCIADO 1**

ITENS	SIGLAS	VALORES
TAXA DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	1,50%
TAXA DE SEGURO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO	S+G	0,30%
TAXA DE RISCO	R	0,56%
TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,85%
TAXA DE LUCRO	L	3,50%
TAXA DE TRIBUTOS	I	0,65%
PIS (geralmente 0,65%)		3,00%
COFINS (geralmente 3,00%)		3,00%
ISS (legislação municipal)		4,50%
CPRB (INSS)		
BDI conforme Acórdão 2622/2013 - TCU		14,45%
<b>BDI RESULTANTE</b>		<b>20,25%</b>

FÓRMULA UTILIZADA:  $BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$

Declaro que, conforme legislação tributária municipal, a **base de cálculo** do ISS corresponde a **100,00%** do valor deste tipo de obra e, sobre esta base, incide ISS com **alíquota** de **3,00%**

Observações:

Responsável Técnico pela Elaboração do Orçamento:

Nome: VANESSA MARIA DE CAMARGO FARIA

CREA/CAU: 2603375750

ART/RRT:

Data:



Proponente / Tomador <b>DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO</b>	Município/UF <b>AMERICANA/SP</b>
--	-------------------------------------

Nº do CT <b>0</b>	Empreendimento / Apelido <b>SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DE SUBADUTORA DE ÁGUA TRAT</b>	Gestor / Programa / Modalidade / Ação <b>SELECIONAR GESTOR /</b>
----------------------	--	---

Tipo de Obra (conforme Acórdão 2622/2013 - TCU):

- Fornecimento de Materiais e Equipamentos

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE BDI - DIFERENCIADO 2**

ITENS		SIGLAS	VALORES
TAXA DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		AC	
TAXA DE SEGURO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO		S+G	
TAXA DE RISCO		R	
TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS		DF	
TAXA DE LUCRO		L	
TAXA DE TRIBUTOS	PIS (geralmente 0,65%)	I	
	COFINS (geralmente 3,00%)		
	ISS (legislação municipal)		0,00%
	CPRB (INSS)		4,50%
BDI conforme Acórdão 2622/2013 - TCU			0,00%
BDI RESULTANTE			4,71%

FÓRMULA UTILIZADA: 
$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + I)}{(1 - I)} - 1$$

Observação: tendo em vista que a taxa de BDI indicada está fora dos patamares estipulados pelo Acórdão 2622/2013 - TCU, esta Planilha de Detalhamento de BDI será acompanhada de relatório técnico circunstanciado, justificando a adoção do percentual adotado para cada parcela do BDI, assinado pelo profissional responsável técnico do orçamento.

Declaro que, conforme legislação tributária municipal, a **base de cálculo** do ISS corresponde a do valor deste tipo de obra e, sobre esta base, incide ISS com **alíquota** de

Observações:

Responsável Técnico pela Elaboração do Orçamento:

Nome: VANESSA MARIA DE CAMARGO FARIA

CREA/CAU: 2603375750

ART/RRT:

Data:



**ANEXO XII DO EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/23****MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DO BDI (Referência TCU)****Apresentar somente na assinatura do contrato**

Proponente / Tomador DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO		Município/UF AMERICANA/SP
Nº do CT 0	Empreendimento / Apelido SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DE SUBADUTORA DE ÁGUA TRAT	Gestor / Programa / Modalidade / Ação SELECIONAR GESTOR /

Tipo de Obra (conforme Acórdão 2622/2013 - TCU):

- Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto e Construções Correlatas

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE BDI - PADRÃO**

ITENS		SIGLAS	VALORES
TAXA DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		AC	
TAXA DE SEGURO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO		S+G	
TAXA DE RISCO		R	
TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS		DF	
TAXA DE LUCRO		L	
TAXA DE TRIBUTOS	PIS (geralmente 0,65%)	I	0,65%
	COFINS (geralmente 3,00%)		3,00%
	ISS (legislação municipal)		3,00%
	CPRB (INSS)		4,50%
BDI conforme Acórdão 2622/2013 - TCU			7,12%
BDI RESULTANTE			12,55%

FÓRMULA UTILIZADA: 
$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Observação: tendo em vista que a taxa de BDI indicada está fora dos patamares estipulados pelo Acórdão 2622/2013 - TCU, esta Planilha de Detalhamento de BDI será acompanhada de relatório técnico circunstanciado, justificando a adoção do percentual adotado para cada parcela do BDI, assinado pelo profissional responsável técnico do orçamento.

Declaro que, conforme legislação tributária municipal, a **base de cálculo** do ISS corresponde a 100,00% do valor deste tipo de obra e, sobre esta base, incide ISS com **alíquota** de 3,00%

Observações:

Responsável Técnico pela Elaboração do Orçamento:

Nome: VANESSA MARIA DE CAMARGO FARIA

CREA/CAU: 2603375750

ART/RRT:

Data:



Proponente / Tomador <b>DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO</b>		Município/UF <b>AMERICANA/SP</b>
Nº do CT <b>0</b>	Empreendimento / Apelido <b>SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DE SUBADUTORA DE ÁGUA TRAT</b>	Gestor / Programa / Modalidade / Ação <b>SELECIONAR GESTOR /</b>

Tipo de Obra (conforme Acórdão 2622/2013 - TCU):

- Fornecimento de Materiais e Equipamentos

**PLANILHA DE DETALHAMENTO DE BDI - DIFERENCIADO 2**

ITENS		SIGLAS	VALORES
TAXA DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		AC	
TAXA DE SEGURO E GARANTIA DO EMPREENDIMENTO		S+G	
TAXA DE RISCO		R	
TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS		DF	
TAXA DE LUCRO		L	
TAXA DE TRIBUTOS	PIS (geralmente 0,65%)	I	
	COFINS (geralmente 3,00%)		
	ISS (legislação municipal)		0,00%
	CPRB (INSS)		4,50%
BDI conforme Acórdão 2622/2013 - TCU			0,00%
BDI RESULTANTE			4,71%

FÓRMULA UTILIZADA: 
$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Observação: tendo em vista que a taxa de BDI indicada está fora dos patamares estipulados pelo Acórdão 2622/2013 - TCU, esta Planilha de Detalhamento de BDI será acompanhada de relatório técnico circunstanciado, justificando a adoção do percentual adotado para cada parcela do BDI, assinado pelo profissional responsável técnico do orçamento.

Declaro que, conforme legislação tributária municipal, a **base de cálculo** do ISS corresponde a   
do valor deste tipo de obra e, sobre esta base, incide ISS com **alíquota** de

Observações:

Responsável Técnico pela Elaboração do Orçamento:

Nome: VANESSA MARIA DE CAMARGO FARIA

CREA/CAU: 2603375750

ART/RRT:

Data:



**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)**

***(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)***

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADO:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia civil, objetivando a **EXECUÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DA SUBADUTORA DE ÁGUA TRATADA SA-02 (ETA - CR02)**, no trecho localizado na Rua Carlos Gomes, Centro, pelo método não-destrutivo HDD 500 mm, incluindo **DEMOLIÇÃO, ESCAVAÇÃO, REATERRO, PERFURAÇÃO DIRECIONAL POR MÉTODO NÃO DESTRUTIVO, RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS CORRELATOS**, conforme especificações constantes no termo de referência.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a)** o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b)** poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c)** além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d)** as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);
- e)** é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a)** O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_



**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_





**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*

